

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO E
DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

MARCOS ANTONIO SILVÉRIO

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO EM UMA FEIRA
PERMANENTE NA CIDADE DE CURITIBA-PARANÁ**

CURITIBA

2020

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

MARCOS ANTONIO SILVÉRIO

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO EM UMA FEIRA PERMANENTE
NA CIDADE DE CURITIBA-PARANÁ**

CURITIBA

2020

MARCOS ANTONIO SILVÉRIO

**O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO EM UMA FEIRA PERMANENTE
NA CIDADE DE CURITIBA-PARANÁ**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional Uninter como requisito obrigatório à obtenção do título de mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Orientadora: Professora Doutora Marcia Maria Fernandes de Oliveira

CURITIBA

2020

S587p Silvério, Marcos Antonio
O processo de ocupação do território em uma feira
permanente na cidade de Curitiba - Paraná / Marcos Antonio
Silvério. - Curitiba, 2020.
88 f. : il. (algumas color.)

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Maria Fernandes de
Oliveira

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional
UNINTER.

1. Feiras – Curitiba (PR). 2. Espaço urbano – Aspectos
sociais – Curitiba (PR). 3. Educação não formal. 4. Ensino
à distância. 5. Tecnologia educacional. I. Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS

Secretaria do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa Nº 038/2020

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

No dia 09 de dezembro de 2020, às 9h30, reuniu-se via web conferência a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Marcia Maria Fernandes de Oliveira (Presidente-Orientadora-PPGENT/UNINTER), José Aquino Junior (Integrante Externo/UFMA), Sueli Pereira Donato (Integrante Interna Titular-PPGENT/UNINTER), Luana Priscila Wunsch (Integrante Interna Suplente-PPGENT/UNINTER), para julgamento da dissertação: “O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO EM UMA FEIRA PERMANENTE NA CIDADE DE CURITIBA-PARANÁ”, do mestrando Marcos Antônio Silvério. A presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida ao mestrando, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que o mestrando foi:

APROVADO, devendo o candidato entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.

APROVADO somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.

REPROVADO.

A Presidente da Banca Examinadora declarou que o candidato foi aprovado e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pela professora orientadora, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

Recomendações: Aprovado, com correções sugeridas e indicação de publicação.



Marcia Maria Fernandes de Oliveira
Presidente da Banca



José Aquino Junior
Integrante Externo



Sueli Pereira Donato
Integrante Interno Titular

Luana Priscilla Wunsch
Integrante Interno Suplente



Marcos Antônio Silvério
Mestrando

*Dedico as mulheres de minha vida,
Patrícia minha amada companheira! As
minhas filhas Talita, Rafaela e Isabela! O
céu não é o limite para mensurar o meu
amor por vocês!*

AGRADECIMENTO

A presente dissertação de mestrado não poderia ser concluída, sem a influência, dedicação e apoio de inúmeras pessoas, no entanto, vou me restringir a citar algumas:

Primeiramente, a minha orientadora professora Dr^a Marcia Maria Fernandes de Oliveira, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho e, em todos aqueles que realizei durante o mestrado. Muito obrigado por ter corrigido quando necessário, sempre motivando, mesmo com circunstâncias adversas neste ano de 2020, com prejuízo devido a pandemia, onde as dificuldades de isolamento geradas pelo Covid-19 foram superadas com o uso das tecnologias de comunicação.

Reconheço o profissionalismo e dedicação do Professor Dr. José Aquino Junior e a professora Dr^a Sueli Pereira Donato, foi uma honra tê-los em minha Banca de mestrado.

A todos meus colegas de trabalho da UTFPR, vinculados ao programa de Extensão TECSOL pelo apoio ao longo da elaboração deste trabalho e pela amizade que foi se intensificando.

Em especial a minha amada filha Isabela Vitória Boiron Silvério, pela paciência e dedicação em ler inúmeras escritas além de estar disposta a solucionar problemas relacionados às novas tecnologias.

A minha querida prima Marialice Silvério, pelo esforço em manter a fidelidade das normas ABNT.

E por último, mas não menos importante, especiais agradecimento a minha amada tia Maria Eunice Silvério de Souza (*In memoriam*), professora, responsável por ter gerado em uma criança o desejo de um dia ser professor. Ainda estava viva quando fiz este agradecimento, enviei a ela para que soubesse de minha gratidão. Mas logo, em seguida, não resistindo ao sofrimento que acometera seu corpo, nos deixou. Sentirei saudades...

*“Sendo professor, nunca te falte
consciência de classe nem compromisso
social”*

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Educação e Novas Tecnologias – PPGENT do Centro Universitário Internacional UNINTER, sob a linha de pesquisa Formação Docente e Novas Tecnologias, teve como objetivo analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba. Para a realização dessa pesquisa, tivemos como suporte teórico Santos (1991;1997), e Bardin (2016), além de outros autores que contribuíram como Brandão (2007); Carlos (2004); Charlot (2005); Corrêa (2004); Freire (1981; 2000; 2014); Gadotti (2005); Gohn (2008); Haesbaert (2007); Libâneo (2005); Santos (2010), dentre outros. O enfoque foi de abordagem qualitativa e utilizou-se da pesquisa bibliográfica como suporte no esclarecimento do tema investigado. Na coleta de dados o enfoque metodológico escolhido foi questionário com perguntas abertas e fechadas, respondida por escrita pelo feirante, esta opção, deu-se devido a pandemia (COVID-19). Os resultados revelaram que inicialmente (2010) os feirantes se reuniam na regional Bairro Novo, no espaço, onde ofertavam produtos artesanais, alimentos e panificação. No ano de 2012 a Feira Permanente instalou-se em outro bairro na mesma regional da cidade, mas não obteve o retorno esperado. Então, em agosto de 2015, a Feira Permanente, instalou-se no local onde permanece até os dias atuais. Conta atualmente com 50 membros. De início alguns feirantes não tinham noção das características inerentes a uma feira, no entanto, com o passar do tempo, esses sujeitos passaram a aprender sobre autogestão, democracia, cooperação, solidariedade assim descobriram o seu potencial emancipatório e criativo. O estudo permitiu demonstrar que a ocupação e conquista por um território no espaço urbano de Curitiba foi um componente de luta dos feirantes sob os processos de educação não formal e formal, vinculados aos princípios econômicos solidários. A organização das feiras urbanas identifica-se com múltiplos fatores relacionados à capacidade local de incitar capital social para buscar novas possibilidades de desenvolvimento regulado por uma lógica menos dependente daquelas formas de produção em recursos de capital e de forte presença regulatória estatal. Deste modo, o espaço urbano apresenta-se como um campo de lutas, notadamente envolvendo as classes sociais. Por fim, foi desenvolvido um curso *on-line*, via plataforma Google Sala de Aula com a denominação de Feira Permanente de Economia Solidária.

Palavras-chave: Feira Permanente; Ocupação do território; Educação não formal; Espaço urbano.

ABSTRACT

This research, linked to the Postgraduate Program - Master and Doctorate in Education and New Technologies - PPGENT of the International University Center UNINTER, under the research line Teacher Training and New Technologies, aimed to analyze the process of construction of the occupation of the territory of a Permanent Fair in the city of Curitiba. Theoretical support for this research was Santos (1991; 1997), and Bardin (2016), in addition to other authors who contributed such as Brandão (2007); Carlos (2004); Charlot (2005); Corrêa (2004); Freire (1981; 2000; 2014); Gadotti (2005); Gohn (2008); Haesbaert (2007); Libâneo (2005); Santos (2010), among others. The focus was on a qualitative approach and bibliographic research was used as a support to clarify the investigated theme. In data collection, the methodological approach chosen was a questionnaire with open and closed questions, answered in writing by the market vendor, this option was due to the pandemic (COVID-19). The results revealed that initially (2010) the marketers met in the regional Bairro Novo, in the space, where they offered artisanal products, food and bakery. In 2012, the Permanent Fair was installed in another neighborhood in the same regional area of the city, but did not achieve the expected return. Then, in August 2015, the Permanent Fair was installed in the place where it remains until today. It currently has 50 members. At first, some marketers were unaware of the characteristics inherent in a fair, however, over time, these subjects began to learn about self-management, democracy, cooperation, solidarity, thus discovering their emancipatory and creative potential. The study allowed to demonstrate that the occupation and conquest by a territory in the urban space of Curitiba was a component of struggle of the marketers under the processes of non formal and formal education, linked to the solidary economic principles. The organization of urban fairs is identified with multiple factors related to the local capacity to incite social capital to seek new development possibilities regulated by a logic less dependent on those forms of production in capital resources and a strong state regulatory presence. In this way, the urban space presents itself as a field of struggles, notably involving the social classes. Finally, an online course was developed, via the Google Classroom platform, called the Permanent Fair of Solidarity Economy.

Keywords: Permanent Fair; Occupation of territory; Non formal Education; Urban space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Mapa da localização do Município de Curitiba.....	14
Figura 2	- Feira Permanente.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Perfil dos feirantes.....	44
Quadro 2	- Roteiro metodológico da pesquisa.....	46

LISTA DE SIGLAS

AFEPEPSP	Feira Permanente de Economia Popular Solidária
COE	Centro de Operações de Emergência (COE)
DH	Direitos Humanos
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MUMA	Museu Municipal de Arte
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGENT	Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
TECSOL	Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNINTER	Centro Universitário Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	OCUPAÇÃO TERRITORIAL.....	20
2.1	OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	20
2.2	TERRITÓRIO – DEFINIÇÕES.....	23
3	TERRITORIALIDADE E FEIRA.....	27
3.1	TRAJETÓRIA DA FEIRA NO BRASIL.....	27
3.2	O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS FEIRAS.....	31
4	EDUCAÇÃO FORMAL, EDUCAÇÃO INFORMAL E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	34
4.1	EDUCAÇÃO FORMAL.....	34
4.2	EDUCAÇÃO INFORMAL E NÃO FORMAL.....	36
5	NOS CAMINHOS DA PESQUISA.....	41
5.1	TIPO DE PESQUISA.....	41
5.1.1	Perspectiva Metodológica.....	42
5.2	LOCUS DA PESQUISA.....	43
5.3	SUJEITOS DA PESQUISA.....	43
5.4	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	44
5.5	PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	45
5.6	ROTEIRO METODOLÓGICO.....	46
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
6.1	PROCESSO DE TERRITORIZAÇÃO DA FEIRA.....	47
6.1.1	Vantagens e desvantagens atribuídas a Feira Permanente.....	51
6.1.2	Dificuldades enfrentadas na conquista do espaço da feira	55
6.1.3	significado de espaço.....	57
6.2	SABERES E PRÁTICAS FORMAIS E INFORMAIS QUE OCORREM NA FEIRA PERMANENTE.....	60

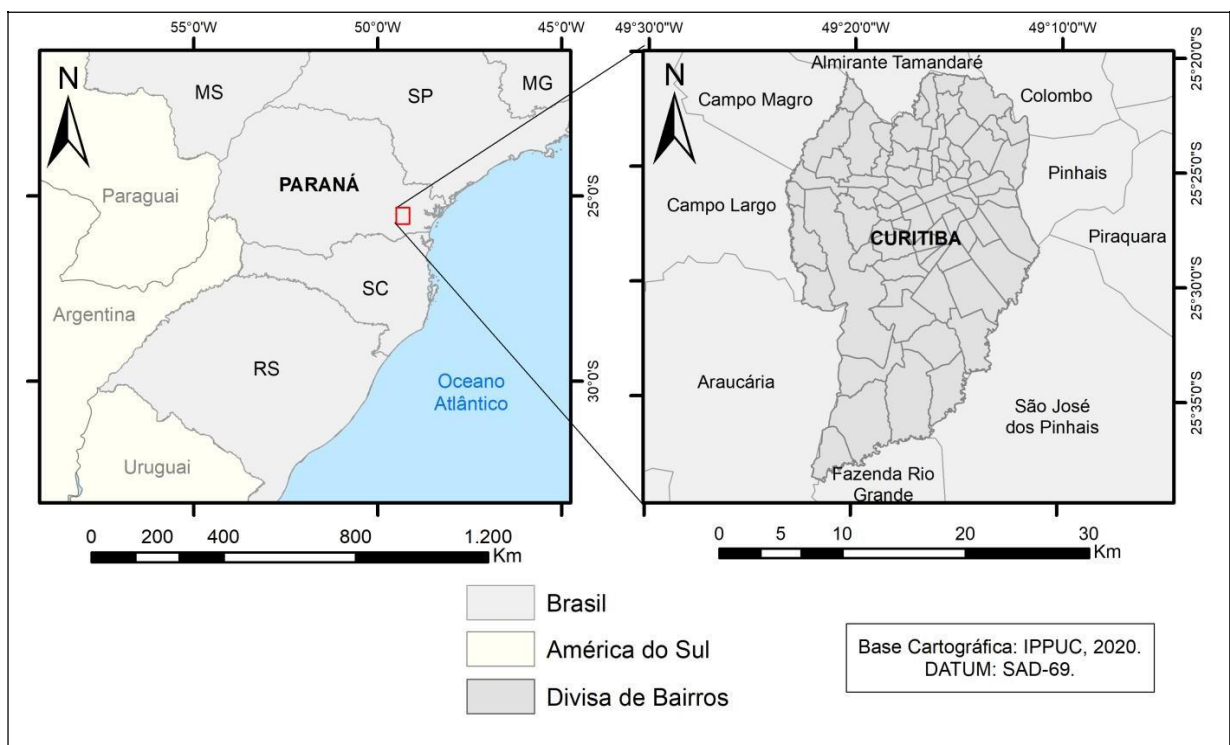
6.3	FEIRA PERMANENTE E A PANDEMIA (Covid-19).....	62
7	PRODUTO DA DISSERTAÇÃO - FEIRA PERMANENTE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS DA ECOSOL.....	66
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS.....	73
	APÊNDICE.....	79
	ANEXOS.....	83

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se no Grupo de pesquisa Ciência, Tecnologia e Interculturalidade na Educação, em especial no projeto de Educação em Direitos Humanos, sob a coordenação da Professora Doutora Marcia Maria Fernandes de Oliveira, do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional Uninter.

O presente estudo buscou analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba-PR, região sul do Brasil (Figura 1). Portanto, se fez necessário abordar temas diretamente relacionados ao “espaço, ocupação, território/feiras e educação”.

Figura 1 - Mapa da localização do Município de Curitiba/Paraná



Organização: Thiago Kich Fogaça, 2020.

O espaço-solo e de suporte expressam a realidade exterior formada e transformada por flutuações físicas, ecológicas e biológicas, fornecendo os recursos indispensáveis à vida dos seres humanos. Esta realidade exterior é do mesmo modo espaço onde se localizam os suportes para a produção, consumo e gestão. As vias

de comunicação e as trocas aproximam atores e moldam a natureza e superam a extensão imposta pelo espaço, conforme o capital técnico/tecnológico de cada período. O espaço também é signo, e constrói identidades sociais. Portanto, o espaço existe como representação de atores sociais e, ao mesmo tempo, revela estes atores que agiram e transformaram o espaço (SANTOS; ELIAS, 2008).

Os espaços são produzidos visando lucro, desprezando sua função social, ou seja, direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a população presentes e futuras. O espaço envolve as contradições de uma realidade, porquanto o mesmo é produto social, tornando-se assim uma mercadoria. O espaço urbano manifesta uma série de relações conflitantes entre o trabalho e o capital, condicionando assim as práticas sócio-espaciais de um local. “A cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzindo uma “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1980, p. 47).

Os múltiplos significados que cada território representa para sua comunidade tradicional apontam sua natureza que se transforma tanto no tempo, uma vez que é histórico e determinado, quanto no espaço, tão somente basta a observar a geografia instável de suas fronteiras. Destaque-se que esta configuração evidencia que as contradições nascentes das confrontações culturais podem se tornar permanentes e passam, elas mesmas, a integrar a identidade daquele grupo. O contato das diferentes formas de formações territoriais em constante disputa de reconhecimento “torna-se uma maneira de existência e de luta de cada comunidade, que vê o território como parte de si mesmo e de sua história, fazendo com que a ideia de perder o território seja semelhante a perder a própria identidade comunitária” (SÁ, 2010, p. 31).

Diariamente a cidade abrange uma vasta diversidade de usos. Na amplidão do território urbanizado, multiplicam-se as formas de produção e de apropriação dos espaços. Por entre ou ao redor dos usos hegemônicos, do espaço de acumulação capitalista, se reproduz o espaço banal, *lócus* da reprodução da vida cotidiana, motivada pela grandeza de pequenos agentes anônimos, seja em busca de formas de sobrevivência material, seja na busca da cidade-obra (LEFEBVRE, 2001). Nestes lugares de realização da vida, os diferentes grupos sociais trabalham, consomem,

realizam formas culturais e vivenciam os limites do exercício da escassa cidadania (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008).

Assim, como a cidade é caracterizada pela vasta demanda de reivindicações colocadas pelos diferentes grupos sociais urbanos (LEFEBVRE, 2001), do mesmo modo, são as feiras, um espaço marcado por diferentes recortes territoriais. De fato, assim como a grande, média ou pequena cidade não pode ser entendida como um espaço homogêneo, as feiras, por sua vez também não podem (SANTOS, 2013). Uma acepção mais aprofundada desses dois territórios, manifestará a complexidade de relações materiais e imateriais que os abrangem.

No Brasil, as feiras são uma realidade que compreendem significativos fluxos de mercadorias, pessoas e informações, integrando áreas rurais, e pequenas, médias e grandes cidades, manifestando uma atividade ainda hoje relevante para muitos sujeitos urbanos e rurais (SANTOS, 2013).

Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto, que as feiras, sobretudo nas cidades, devem ser consideradas como importantes espaços onde são produzidos, diariamente, saberes do trabalho¹, caracterizados por formas de se comunicar e de se e de se relacionar promovidas por feirantes e clientes, onde se manifesta laços de sociabilidades vivenciadas pelos atores sociais no âmbito desses territórios construídos e reconstruídos diariamente.

As feiras constituem-se em eventos fundamentais para o movimento não só de produtos, mas de laços de toda a natureza, como a cognitiva, a afetiva, a social e a cultural (ALMEIDA, 2009; SALES; REZENDE; SETTE, 2011). Nas feiras, os saberes se constroem e se firmam como característica social, a sua estética particular e seu ambiente – visual e sonoro – são elementos que representam este “espaço vivido” e entrelaçam uma vivência particular, inscrevendo-se na história das pessoas que compõem os espaços urbanos (D’AMBROSIO, 2005).

Portanto, a organização das feiras urbanas parece se identificar com um conjunto de fatores vinculados à capacidade local de mobilizar capital social² para

¹ Segundo Franzoi e Fischer (2015) saberes do trabalho são aqueles produzidos, mobilizados e modificados em situação de trabalho. In: TrabalhoNecessário – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 13, Nº 20/2015 disponível em <http://www.scielo.php?script=sci_arttext=so101=pt>

² Segundo Pierre Bourdieu, capital social é “o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1985: 248) In: Bourdieu, P. (1985), “The forms of capital”, in J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-58.

buscar perspectivas de desenvolvimento regulado por uma lógica menos dependente daquelas formas de produção intensivas em recursos de capital e de intensa presença regulatória estatal (GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK, 2018).

Ao relacionar o surgimento da instituição do uso comum a dinâmica econômica mais ampla, fica clara a importância do aspecto afirmativo/defensivo existente na conformação desses grupos para o exercício das atividades produtivas. Ou seja, se faz presente um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade, que reforçam politicamente as redes de relações sociais (ACSELRAD; GUEDES; MAIA 2015).

Levando-se em conta o que fora descrito acima, o presente estudo busca solucionar a seguinte problemática: como se estabeleceu o processo de construção da ocupação do território e em uma Feira permanente na cidade de Curitiba-Paraná?

Dentro desta inquietação e a relevância dessas discussões, destaca-se como objetivo geral analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba, e tem como objetivos específicos:

- a) analisar a ocupação do espaço com foco no processo de territorialização da feira;
- b) compreender os saberes e práticas formais e informais que ocorrem na Feira Permanente;
- c) conhecer o reflexo da pandemia (Covid-19)³ na vida dos feirantes;
- d) delinear um curso *on-line*, pela plataforma do Google Sala de Aula (anexo *link*) com a denominação de Feira Permanente de Economia Solidária: princípios da ECOSOL.

A motivação primeira do estudo deu-se de ordem pessoal a partir da aproximação e posteriormente participante e integrante da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (TECSOL), onde um dos empreendimentos assistidos é uma Feira Permanente. Fiquei instigado com a dinâmica e empenho das feirantes em relação à ocupação do território/espaço

³ **Covid:** doença respiratória causada por um novo coronavírus, que passou a ser chamada de Covid - 19, segundo Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS), onde “Co” significa corona, ‘vi’ vem de vírus, “d” doença e 19 significa o ano do surgimento, 2019 (OMS, 2020) configurada como pandemia (GOMES, BUSATO; FERNANDES DE OLIVEIRA, 2020).

conquistado pelos mesmos ao longo dos anos. Enfim, dado as circunstâncias de entender como se organizaram na conquista do território resolvi fazer uma pesquisa que elucide toda essa dinâmica, que envolve processos de formação educacional não formal e informal vinculados aos princípios da economia solidária com o tema território/espço e feirantes.

Conforme Lei de Diretrizes e Base (LDB), n. 9.394/1996 que afirma:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, n. 9.394/1996).

A relevância do estudo paira em demonstrar que a ocupação e conquista por um território no espaço urbano de Curitiba foi um componente de lutas dos feirantes de uma feira na cidade em questão. Estes, excluídos da dinâmica econômica, sobretudo quanto atuação governamental que deixa lacunas no planejamento e na sistematização socioeconômica, foram contra as políticas de Governo, de forma a conquistar gradualmente seu espaço.

Sendo assim, dado essas circunstâncias, se faz necessário uma pesquisa que elucide as relações sociais de empoderamento dos feirantes de um bairro de Curitiba, de forma não só a compreender, esses fenômenos relacionados à conquista dos espaços urbanos, como a formação de uma identidade com o território e sua posição na estrutura socioeconômica. A ação sobre o meio natural tem, segundo Lefebvre (2001), duas modalidades e dois atributos: a dominação e a apropriação. A dominação da natureza, resultado da conformação de um meio técnico-científico, transforma a mesma em recurso e a artificializa por meio da produção de mercadorias em larga escala. A apropriação dessa natureza, dominada, transforma-a, para além do recurso, em um bem, uma mercadoria apta a ser posta em circulação com o objetivo de gerar mais valor.

Esta pesquisa estrutura-se em oito capítulos: No primeiro capítulo, foi discorrido sobre o tema, problema, objetivos e justificativa. No segundo capítulo, abordou-se questões relativas acerca da ocupação territorial, onde foram conceituados espaços urbanos e territórios. No terceiro capítulo discorreu-se sobre territorialidade e feira, a começar pela trajetória da feira livre no Brasil, e como ocorreu o seu processo de territorialização. No quarto capítulo, abordou-se sobre educação formal, informal e não formal. No quinto capítulo, discorreu-se sobre o

caminho metodológico, tais como, os procedimentos de investigação, o *lócus* da pesquisa, amostra, instrumento de coleta de dados. No sexto capítulo, foram elencadas as entrevistas dos feirantes, bem como as análises pertinentes. No sétimo capítulo, discorreu-se sobre a proposta do produto final desta pesquisa, ou seja, a organizar, e ministrar um curso *on-line* sob o título: Feira Permanente de Economia Solidária: princípios da ECOSOL. Por fim, no oitavo capítulo, deram-se as considerações finais seguidas das referências bibliográficas.

2 OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Este capítulo apresenta uma discussão acerca da categoria território urbano, ressalta-se que no espaço geográfico está contido tanto o espaço rural quanto o urbano, no entanto, o foco desta pesquisa se dá no espaço urbano. As reflexões se pautam sobre as alterações no uso e ocupação da terra, as relações sociais em andamento, fatores socioeconômicos, o acesso e a utilização das tecnologias entre outras questões. Dentre os autores que vêm refletindo sobre a temática, destacam-se: Haesbaert (2007); Santos (2004); Carlos (2004); Corrêa (2004) Marques (2002); entre outros.

2.1 OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Compreender os espaços geográficos em suas diferenças é uma questão que não pode ser deixado de lado. Isso porque o espaço é transformado pela organização social, técnica e econômica por aqueles que habitaram ou habitam os diferentes lugares, ou seja, o próprio espaço geográfico. Portanto, compreender o espaço geográfico é estabelecer as diferentes formas que o sujeito apresenta em seu cotidiano político, econômico; social e cultural. No entanto, para obter essa compreensão de maneira significativa é indispensável vivenciar o espaço geográfico, buscando realizar reflexões acerca do mesmo.

Neste contexto, Santos (2004) apresenta definição abrangente acerca do espaço:

Espaço vem a ser um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2004, p. 153).

De fato, o espaço é marcado por contradições, ou seja, ele é vivido de diferentes formas em qualquer lugar, construído por meio das relações sociais coexistentes.

As diferenças existentes entre um espaço (área) podem ser apontadas pelas intervenções da natureza ou também pelas intervenções ocorridas no passado, além daquilo que vem ocorrendo no presente e, por certo, pelas interações dos homens entre si e com o meio. Além disso, é preciso considerar os fatos, as posições geográficas, a dinâmica social e cultural, os envolvimento e interesses econômicos, políticos e administrativos (MARTINS, 1996). Dentre essas desigualdades estão inseridas as influências externas capazes de promover alterações no modo de vida das pessoas e da sociedade como um todo (MARTINS, 1996; SILVA, 2014a).

Uma vez compreendido a questão dos espaços geográficos, parte-se para a definição de espaços urbanos, visto ser este o tema central do presente estudo, esclarecendo-se a diferença entre cidade e urbano.

Pode-se de forma sucinta referenciar a diferença entre cidade e o urbano com a seguinte argumentação: “a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim, a materialidade visível do urbano, enquanto que este é o abstrato, porém é o que dá sentido e natureza à cidade” (SANTOS, 1992, p. 241).

O espaço urbano é o espaço das cidades, o conjunto de atividades que advêm em uma mesma incorporação local, com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais (CORRÊA, 2004; SANTOS, 1992). O espaço urbano é fragmentado, articulado, além disso, é o condicionante das ações sociais e o reflexo destas. Por sua vez o espaço urbano apresenta-se como um conjunto de símbolos e como um campo de lutas, sobretudo envolvendo as classes sociais (CORRÊA, 2004).

Observa-se que nos dias atuais não parece simples delimitar o que é espaço urbano e o que é espaço rural, isso porque o rural é uma continuação do espaço urbano. No que concerne ao rural e urbano, Silva e Grossi (1997), trazem a seguinte contribuição:

Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA; GROSSI, 1997, p. 1).

Em seus estudos Sposito (1997) descreve que as primeiras cidades coloniais (século XVI) foram portos construídos para escoar as riquezas coloniais em exploração, ou fortes para proteger os colonizadores. Este novo contorno urbano se constituiu no primeiro estágio de desenvolvimento de um processo de ampliação

espacial da urbanização e no suporte de articulação dessas novas áreas ao capitalismo mercantil europeu. À medida que o próprio capitalismo se desenvolvia, essa urbanização no mundo colonial foi se ampliando e tomando um caráter de multiplicidade funcional. No Brasil, durante o século XVI foram fundadas 23 cidades, cita-se como exemplo a Bahia de todos os santos (atualmente Salvador), fundada em 1549. As cidades coloniais tinham apenas um caráter político-administrativo, militar-defensivo e de recepção e escoamento de mercadorias (SPOSITO, 1997).

Carlos (2004) relativiza o urbano como forma de produção e de consumo:

O urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. [...] o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar sentir, enfim é um modo de vida (CARLOS, 2004, p. 181).

No Brasil, o urbano resultou dos caminhos movidos para desbravar/penetrar no território. A ação fora engendrada por duas causas: pelo extrativismo e depois pela expansão da agricultura e da pecuária no decorrer de seus ciclos econômicos. De acordo com Bernardino (2006) “as cidades, sua fundação e desenvolvimento estão vinculados à necessidade de ocupação, e, para isso, políticas foram criadas para assegurar sua efetivação, que, por seu lado, “liga-se estreitamente aos ciclos econômicos brasileiros” (p. 38).

Silva (2014a) descreve em sua dissertação que a análise de como funciona o transporte, o sistema de saúde, os programas de lazer, entretenimento, de formação e vivência cultural, entre outros acontecimentos auxilia na compreensão de como a cidade enfrenta seus entraves e efetiva seus planos de gestão e urbanização. Ou seja, as cidades tornaram-se reflexo de como o capitalismo se apropria do espaço. Neste processo, o espaço é mercantilizado e a expansão do espaço urbano segue a lógica da especulação e organização promovidas pelo poder público e os agentes imobiliários.

Conforme Vilarinho Neto (2010) o crescimento das cidades conseqüentemente desencadeia a elevação do preço dos terrenos no espaço urbano:

No mercado de terras, especialmente o urbano que é monopolista por essência, devido ao baixo índice de substituição entre terrenos, há uma heterogeneidade natural no tecido das cidades, pois cada terreno é um caso

diferente que exige avaliação e atenção específica (VILARINHO NETO, 2010, p. 3).

O desenfreado crescimento das cidades, tanto dos grandes centros como cidades do interior brasileiro, especialmente devido a entrada de migrantes desencadeou mudanças a olhos vistos em suas paisagens, com a propagação de loteamentos, favelas e bairros que foram surgindo de forma não planejada, nas quais estão incluídos os excluídos (SILVA, 2014a).

É no espaço urbano que se encontram condições apropriadas para o desenvolvimento do capitalismo, devido seu caráter de concentração e densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, diminuindo o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto (SPOSITO, 1997).

A sociedade é responsável pelas transformações do espaço. Deste modo, Corrêa (2004) argumenta que de tempos em tempos, aparecem diferentes espaços em uma mesma configuração territorial, confirmando que o espaço urbano é o produto da formação social em diferentes momentos de seu desenvolvimento, um reflexo e do mesmo modo um condicionamento dessa sociedade.

Quanto ao comportamento do Estado na determinação legal da produção do espaço urbano, Rolnik (1997, p. 13) aponta que “a legislação é invisível e silenciosa, uma teia poderosa: a legalidade urbana, ou seja, o conjunto de Leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço da cidade”.

Por fim, cabe destacar que o Estado ainda se comporta como o agente regulador legal, já que é de sua responsabilidade é a elaboração de leis, normas e posturas que regulamentam o uso e a ocupação do espaço urbano. Diante do que foi apresentado sobre o comportamento do Estado, fica claro que sua atuação não atende a todos de forma igualitária.

2.2 TERRITÓRIO – DEFINIÇÕES

A ideia de território surge do entendimento formado pela ação de atores sociais que ocupam um espaço determinado, nomeado e identificado na forma de identidade individual e social, com históricos familiares e profissionais. O desenvolvimento territorial faz “referência a um espaço geográfico que não é dado,

mas construído” (JEAN, 2010, p. 51), além da história, por uma cultura e por redes sociais que desenham suas fronteiras (GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK, 2018).

Concernente ao território, Haesbaert (2006) apresenta a seguinte contribuição:

Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou “o imaginário geográfico” que também move essas relações (HAESBAERT, 2006, p. 45).

A definição de território abrange a ideia de patrimônio sociocultural e a necessidade de mobilização dos recursos e competências por meio da atribuição de responsabilidades sociais, geralmente via processos participativos. A compreensão de território passa pelo senso de identidade, isto é, não se imagina um sujeito sem primeiro, identifica-lo com seu território. Deste modo, a identidade sociocultural individual está arraigada aos atributos do espaço concreto (SOUZA, 2002).

Nos anos 1980, os processos de territorialização de povos e comunidades tradicionais foram redefinidos por uma conjunção de fatores. Os Estados nacionais passaram a ser representados cada vez menos como fronteiras defensivas de proteção de territórios politicamente delimitados, atuando progressivamente como plataformas ofensivas para a economia mundial. Verificou-se “um movimento de transferência de arranjos institucionais e redes econômicas para escalas supranacionais e subnacionais: enquanto o dinheiro passava a circular em escalas mais amplas, pressões eram exercidas para expandir as fronteiras territoriais do mercado e políticas de resistência exprimiam certo particularismo militante baseado na identidade e na diferença” (ACSELRAD, 2015, p. 9). Acirraram-se os conflitos entre grandes projetos de desenvolvimento – agroindustriais, energéticos e minerários – e os modos de vida, as condições de acesso à terra e a seus recursos por parte de povos indígenas e tradicionais. “Foram paralelamente criados novos instrumentos legais instituídos no plano internacional e em diversos espaços nacionais, de modo a assegurar direitos específicos aos membros daquelas comunidades” (ACSELRAD, 2015, p. 9).

De acordo com Acselrad (2015) a história espacial do capitalismo expõe dois movimentos:

O da busca de novos horizontes, fronteiras e localizações para a acumulação de riqueza; e o da transformação de espaços pré-existentes, no qual formas sociais não-capitalistas são desestruturadas, extraindo-se delas terra, trabalho e recursos naturais para serem incorporados aos circuitos da grande produção comercial. Os Estados nacionais tiveram e continuam a ter papel de destaque na criação dos mecanismos de validação e sustentação de ambos os movimentos de reprodução e expansão do espaço da acumulação de riqueza (ACSELRAD, 2015, p. 8).

Conforme arguições de Fernandes (2009) as diferentes classes sociais produzem diversos espaços e territórios, por isso é necessário dar atenção para o estudo dessas categorias a partir da tipologia de territórios. Ou seja, compreender o território além do espaço de governança (ou primeiro território), considerando que essa abordagem oculta os diversos territórios existentes e as disputas territoriais. O território pode ser compreendido de duas formas: espaço de governança, multidimensional e pluriescalar (território nacional com suas respectivas divisões); e tipologia de território, em que são abordados três tipos de territórios, sejam eles, espaço de governança (primeiro território), propriedades (segundo território) e espaço relacional (terceiro território).

No primeiro território, ou espaço de governança, se formam os demais territórios:

O primeiro território é o espaço de governança da nação. É o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais (...). O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território (FERNANDES, 2009, p. 206-207).

O segundo território ou propriedades apresenta legalidade jurídica, é o espaço de vida (propriedade) particular ou comunitária, “as propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias, e as propriedades capitalistas, formam o segundo território” (FERNANDES, 2009, p. 208). É necessário, portanto, concordar com o referido autor, ao asseverar que sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios, de modo que sua existência implica a existência de seu território, por isso a luta dos indígenas, camponeses, populações tradicionais etc.

O território, por sua vez deve ser compreendido como:

[...] O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.8).

O terceiro território ou espaço relacional abrange todos os tipos de territórios, “o terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios, portanto, às suas territorialidades” (FERNANDES, 2009, p. 210).

Para Dal Posso a territorialidade se manifesta, da seguinte forma:

[...] a partir das práticas espaciais (dos diferentes sujeitos e grupos sociais) que se efetivam durante o uso e consumo do território e, de um modo geral, corroboram, em maior ou menor grau (de acordo com o impacto socioespacial ocasionado por essas práticas), com o processo de produção do território (POZZO, 2012, p.61).

É fato conhecido que a maneira pela qual os diferentes grupos sociais participam da produção do espaço urbano é distinta. De qualquer forma, sabedores ou não os grupos sociais veem a cidade, cada vez mais como um espaço de possibilidades. Ou seja, os objetos e as ações representativas do cotidiano de um grupo social manifestam-se por meio de um jogo de forças travado entre os outros representantes da coletividade urbana. Frente a isto, as possibilidades transformam-se e expressam a manifestação de diferentes territorialidades, diferentes formas de (co)agir, num mesmo território (SANTOS, 2009; SAQUET, 2007; CORRÊA, 2004).

Por fim, neste momento cabe um esclarecimento visto que a territorialidade, torna-se algo mais amplo do que território, de modo que “a todo território corresponde uma territorialidade, mas nem toda territorialidade implica na existência de um território”. Assim, enquanto o território pressupõe uma base material, concreta, a territorialidade implica em um “[...] referencial territorial (simbólico) para a construção de um território, que não obrigatoriamente existe de forma concreta” (HAESBAERT, 2007, p. 7). Convém destacar, que a discussão sobre territorialidade e feira é tratado no capítulo II a seguir.

3 TERRITORIALIDADE E FEIRA

Este capítulo apresenta uma discussão acerca da trajetória da feira no Brasil e seu processo de territorialização, sendo este tema fundamental para a problemática aqui estudada. As reflexões se pautam sobre a luta dos feirantes para se estabelecerem em um espaço. Dentre os autores que vêm refletindo sobre a temática, destacam-se: Santos (2010); Charlot (2005); Corrêa (2004); Haesbaert (2002); Lefebvre (2001); Braudel (1998); Mott (1975).

3.1 TRAJETÓRIA DA FEIRA NO BRASIL

Antes dos europeus chegarem ao Brasil, já existiam trocas entre os índios, e, expondo sobre as trocas daqueles com estes. “Os produtos eram trazidos pelos índios até a praia e entregues nas mãos de particulares a fim de serem embarcados para o Reino quando da chegada das naus” (MOTT, 1975, p. 308). É fato que não se pode chamar essa forma de comércio de feira, no entanto pode-se pensar, a partir daí, no estabelecimento dessa atividade comercial periódica no Brasil, implantada pelos colonizadores portugueses, tendo surgido devido ao aumento da população e além disso, à diversificação econômica (SANTOS, 2013).

A primeira alusão de feira no Brasil tem seu registro no ano 1548, quando no Regimento enviado ao Governador Geral, o rei Dom João III, ordenava “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, [...]” (MOTT, 1975, p. 309). Convém destacar, que aos portugueses que já apresentavam conhecimento com feiras não interessavam a eles, abastecer a população local, interessava, por sua vez, explorá-la, através da dos produtos que eram expostos pelos indígenas (SANTOS, 2013).

Provavelmente o principal motivo da origem das feiras foi a formação de excedentes de produção, existindo a necessidade de troca de mercadorias, inicialmente, entre grupos vizinhos e, após, disponibilizando os produtos para grupos do entorno das comunidades (BRAUDEL, 1998; COSTA, 2003). O surgimento das feiras foi acompanhado de uma demanda natural das pessoas por oferecer um espaço onde se pudesse expor seus produtos, para um maior número de pessoas, vendendo ou trocando excessos por outros produtos que os demais não tinham.

Deste modo, as autoridades tinham interesse quanto à colocação de feiras em suas regiões, porquanto elas contribuíam para o aumento da entrada de recursos, bem como, seriam comercializados os produtos da própria comunidade (BRAUDEL, 1998). Realizadas nas feiras, as trocas eram realizadas por pessoas de diferentes lugares, com seus diferentes produtos. Com a necessidade de deslocamento para a concretização das trocas, as feiras constituíram-se em eventos itinerantes, oportunizando o surgimento de povoados circunvizinhos ao *lócus* de trocas (COSTA, 2003).

No Brasil, oficialmente as feiras surgiram em 1910, por meio de uma intervenção do poder público, como esforço de aproximar consumidores e produtores/feirantes, minimizando as irregularidades no fornecimento de gêneros alimentícios, que eram adquiridos diariamente, contribuindo para o desenvolvimento das feiras e também das cidades (ALMEIDA, 2009).

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, acontecendo semanalmente, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. A feira está presente em grande parte das cidades brasileiras, principalmente naquelas com população superior a 300 mil habitantes. Desempenham ainda nos dias atuais papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que tiveram de enfrentar nos últimos 30 anos (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008).

No Rio de Janeiro, no período de 1964 a 1989, a feira livre já foi “responsável pela distribuição da maior parte dos hortigranjeiros, frutas e pescado consumidos diariamente pela população carioca, superando nestes setores todas as demais formas de varejo somadas: supermercados, quitandas, peixarias [...]” (JESUS, 1992, p. 95). Ou seja, este relato demonstra a importância da feira, especialmente no abastecimento hortifrutigranjeiro do Rio de Janeiro no período citado.

Atualmente em inúmeras cidades brasileiras, as feiras são o principal local de comércio da população, especialmente no Nordeste, onde se constitui “em um tipo particular de mercado periódico” (CORRÊA, 2001, p. 113). De acordo com este mesmo autor, os mercados periódicos são um dos modos de organização da rede de localidades centrais em países subdesenvolvidos, conceitua-os como sendo:

[...] aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais [...]. Fora dos períodos de intenso movimento comercial, esses núcleos voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias (CORRÊA, 2001, p. 50).

Devido a uma economia cada vez mais centrada nos serviços, aqueles “núcleos de povoamento pequenos” ressaltado por Corrêa (2001), não se centram mais, principalmente a grande parte de sua população, “em atividades primárias”, uma vez que há uma dinamicidade resultante de fatores/atividades econômicas diversas, quando não se faz presente a feira nesses pequenos povoados. Nesses núcleos de povoamento pequenos existem vários pontos comerciais, o que faz com que a maioria da população dos mesmos esteja a elas engajados e não somente a sua maioria ligada a atividades econômicas. Isso é evidente quando se percebe a diversidade intra-regional existente no Brasil (SANTOS, 2013).

Em se tratando de um enfoque socioeconômico as feiras representam um ponto de encontro entre vendedores e compradores, feirantes e fregueses para realizarem todo o tipo de troca de produtos (BRAUDEL, 1998). As feiras têm diversificado a oferta de produtos. De maneira especial, as que se conhece hoje em dia, dispõem de hortifrutigranjeiros, artesanato, quitandas, desde produtos sofisticados até produtos para as camadas menos favorecida (ALMEIDA, 2009). Neste momento é preciso lembrar da existência de feiras mais sofisticadas, como as realizadas em bienais, exposições de animais, comuns no mundo afora, cuja finalidade principal é a expansão do comércio.

Uma característica peculiar das feiras livres é a utilização de um espaço, que é alterado com a sua realização e que, após, volta a adequação original, havendo, portanto, a necessidade de produzir, semanalmente, um espaço onde as trocas possam ser realizadas. Através da observação sistemática da dinâmica dessas feiras identifica-se uma forte carga de subjetividade que atua como elemento de coesão e que, contribui, fortemente, para a formação de uma identidade comum entre aqueles que as frequentam: feirantes e fregueses (ALMEIDA, 2009).

As tradicionais feiras têm se modernizado, transformando-se em locais atraentes para feirantes e clientes, sobretudo aqueles que os frequentam costumeiramente. Os feirantes têm se preocupado com a organização do ambiente, a saúde pública, a higiene e a limpeza de seus espaços de trabalho, deixando de ser

apenas vendedores ambulantes para formalizar as trocas que se efetivam nesses espaços (CERTEAU, *et.al.*,1996).

Com o passar do tempo, a feira tem se tornado uma atividade econômica e social relevante para a vida de uma boa parcela da população brasileira, no entanto para grande parte, as dificuldades para incorporação de inovações as têm colocado em continua desvantagem para acompanhar a evolução dos grandes canais de circulação (super e hipermercados). Assim como dos serviços prestados por outros locais de comercialização (SATO, 2007). No que diz respeito a questão cultural, a feira livre se mantém como importante instituição que conserva tradições, que resistem ao processo de modernização (COUTINHO; NEVES; SILVA, 2006). As feiras livres contam com particularidades que as tornam um espaço de comercialização atrativo aos consumidores, por oferecerem produtos de maneira praticamente artesanal e em pequena quantidade, além disso por oferecerem laços de toda a natureza, tais como, relações de afetividade e confiança entre vendedores e compradores (SALES; REZENDE; SETTE, 2011; ALMEIDA, 2009).

Muito embora com tantos predicativos competitivos, o crescimento e desenvolvimento das feiras livres ainda é limitado pela carência de conhecimento, informação e recursos dos feirantes. Portanto, por não possuírem condições de promover suas vendas e atrair e mesmo reter clientes, perdem espaço para supermercados. Como um negócio, a feira “precisa receber a aplicação de princípios administrativos, de forma a garantir a sobrevivência dos feirantes, como empreendedores, no mercado competitivo em que estão inseridos” (SALES; REZENDE; SETTE, 2011, p. 3).

Deste modo, levando-se em conta as particularidades de cada época, as feiras foram e continuam a ser tema de interesse tanto na esfera acadêmica como no campo das políticas públicas, que procuram promover a criação de trabalho e renda, oferecendo alternativas econômicas, sociais para pequenos proprietários rurais e para sociedades locais.

3.2 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS FEIRAS

A construção de territórios na cidade implica em distintos conflitos, seja entre os grupos que territorializam o espaço, seja entre estes e o Estado, como acontece

com as feiras livres. Isso porque o território é a expressão cabal das relações de poder travadas pelos diferentes atores sociais na produção do espaço urbano (SOUZA, 2002).

Considerando ser a cidade um espaço de possibilidades, isto sugere refletir suas inúmeras condições de realizações que a caracteriza. Então, significa pensar a condição geopolítica que a cidade, neste período, desenha em relação aos seus territórios, uma vez que as possibilidades aí encontradas dependem de estratégias voltadas para o controle e a apropriação de determinadas frações do espaço urbano. Dessa forma, o território emerge como elemento central de reivindicações. As práticas sociais que permeiam o espaço urbano têm, nesse conceito chave da Geografia – o território –, um suporte material e, às vezes, imaterial (território simbólico) para reivindicar o direito à cidade (CORRÊA, 2004; LEFEBVRE, 2001; HAESBAERT, 2002; SANTOS, 2010).

O processo de territorialização das feiras –, modalidades populares de comércio – baseou-se em aspectos do modelo colonial: traçado aparentemente irregular, passagens estreitas, poucos espaços amplos, resultando numa trama congestionada e ruidosa de comércio, num território marcado pela luta cotidiana pela sobrevivência. As feiras semanais de caráter intraurbano (de âmbito praticamente restrito ao bairro) são denominadas em todo o Brasil de feiras livres (ALMEIDA, 2009).

Para Raffestin a territorialidade aparece:

Como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. [...] ela se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. [...] Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e grupos devem assumir (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Feiras enquanto lugar de trabalho de negócio ou de lazer, são espaços de construções envoltas por saberes, por conhecimentos. Inúmeros espaços podem contribuir para uma teoria da relação com o saber, através de uma abordagem que considere os sujeitos –, sua interação com seus pares, sua fala e a atuação construídas em uma história que os articule à família, à sociedade, enfim, à espécie humana – comprometidos em um espaço no qual ocupam uma posição e onde se inscrevem em relações sociais (CHARLOT, 2000). Confirmando essas argumentações, o autor ainda relata que “[...] discutir a relação com o saber é buscar

compreender como o sujeito apreende o mundo e, com isso, como se constrói e transforma a si próprio: um sujeito indissociavelmente humano, social e singular (CHARLOT, 2005, p. 41).

A compreensão que se tem da feira é de um espaço para atendimento das necessidades de feirantes e compradores por vender e comprar produtos. Ou seja, espaço aonde acontece as trocas sociais. Deste modo, é possível identificar na feira, gestos engendrados por sujeitos sociais que almejam formas específicas de lidar com a realidade e de organizar-se social e economicamente, respeitando espaços individuais e consolidando as trocas sociais de mercado que lá acontecem.

Para Andrade (1995) o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à concepção de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território no qual está circunscrita à feira, pode ser compreendido como o controle administrativo, político, econômico, efetivo daquele espaço onde está localizada a feira.

Andrade (1995) relaciona ao conceito de território a expressão territorialidade:

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeita à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado [...]. A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas (ANDRADE, 1995, p. 20).

Neste sentido, território constitui-se em fonte de recursos, meios materiais de existência e a territorialidade por sua vez, incorpora elos com o ambiente onde se vive e trabalha.

Nesse universo, as feiras engajam-se como espaços de mobilidades onde, por meio das diversificadas atividades, levanta-se uma rede educativa, de sociabilidades e culturas, experimentada pelos sujeitos sociais no campo dos territórios construídos. Conforme Almeida (2009, p. 36) “esses sujeitos evocam uma multiplicidade de educações, territorialidades e sociabilidades ao apropriarem-se material e simbolicamente dos espaços”.

As feiras livres urbanas, como experiências em curso, podem ser identificadas como arranjos socioprodutivos que têm seus fundamentos, na forma de organização que ajuda a superar as barreiras de crescimento e assume os mais

variados tamanhos, particularmente de pequenas e médias empresas (CROCCO *et. al.*, 2003; (GRIMM; SAMPAIO; PROCOPICK, 2018). O arranjo socioprodutivo cria condições para uma interação cooperativa.

Por fim, pode-se considerar que as feiras contribuem com inúmeras prerrogativas positivas, destacando-se: troca de conhecimentos em tentativas coletivas de melhorar o espaço e produtos. Apesar das feiras possuírem predicativos competitivos, o seu crescimento e desenvolvimento ainda é limitado pela ausência de conhecimento, informação e recursos dos feirantes, como destacam autores como Sales; Rezende; Sette (2011); Almeida (2009); Charlot (2001); Crocco *et. al.*, 2003.

No capítulo III, a seguir, serão destacados temas referentes a educação formal, educação informal e educação não formal, relacionados a feira.

4 EDUCAÇÃO FORMAL, EDUCAÇÃO INFORMAL E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Existem basicamente dois tipos de educação: a formal e a não formal. Além dessas duas formas de educar, facilmente reconhecidas por suas características bem distintas e definidas, existem outras formas de transmissão cultural procedentes do avanço contínuo da civilização. A educação não-formal é um termo indissociável da educação formal, mesmo sendo distinta é de suma importância esclarecer tais distinções. Dentre os autores que vêm refletindo sobre a temática, destacam-se: Gadotti (2005); Libâneo (2005); Brandão (2007); Gohn (2008); Gaspar (2014); Freire (1981; 2000; 2014).

4.1 EDUCAÇÃO FORMAL

A educação formal é regida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9.394/96), pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e pelas Propostas Pedagógicas dos Estados e/ou cidades. A estrutura curricular, a duração das aulas, a carga horária de cada disciplina e as disciplinas ofertadas em cada ano escolar são planejadas com objetivos a serem alcançados.

O direito à educação é reconhecido e consagrado na legislação de quase todos os países e, particularmente, pela Convenção dos Direitos da Infância das Nações Unidas (particularmente os artigos 28 e 29). Um outro exemplo é o Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil. (GADOTTI, 2005). Negar o acesso a esse direito é negar o acesso aos direitos humanos fundamentais. É um direito de cidadania, sempre proclamado como prioridade, mas nem sempre cumprido e garantido na prática (GADOTTI, 2005).

A educação formal tem objetivos específicos e é representada especialmente pelas escolas e universidades:

A educação formal depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. Já a educação informal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem (GADOTTI, 2005, p. 2).

É possível descrever a educação formal como aquela que acontece nos espaços escolares mediante a participação do professor e que tem os objetivos relativos ao ensino e a aprendizagem de conteúdos regimentados por leis

A educação com reconhecimento oficial:

Oferecida nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, costuma ser chamada de *educação* formal. É uma instituição muito antiga, cuja origem está ligada ao desenvolvimento de nossa civilização e ao acervo de conhecimentos por ela gerados (GASPAR, 2014, p. 1).

A educação formal requer tempo, local específico, educadores especializados, organização, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Por sua vez, caráter metódico e comumente, agrupa-se por idade/ classe de conhecimento entre outros.

De acordo com a reflexão proposta por Foucault (2009), pode-se determinar que há um jogo de verdades que se estabelece para a produção de uma verdade que é intencional, que se deriva das diferentes relações de micro poderes estabelecidos nesta especificidade da educação formal, em seus diferentes níveis e modalidades. A produção dos discursos sobre a educação brasileira, carregados de elementos ideológicos, como qualquer outro discurso, tende a desenvolver um ideário de que a educação é o processo pelo qual o sujeito pode transformar sua realidade, porém, colocando os aspectos econômicos acima das demais dimensões constituintes do sujeito.

Neste seguimento, a educação, teoricamente é um dos elementos que ajudam a constituir e melhorar a sociedade. No entanto, na prática, ela não está desempenhando seu papel, sobretudo a educação escolar (MORAES, 2012). Ademais, incide sobre a educação uma demanda diversa: atualização, especialização, reciclagem, aperfeiçoamento, entre outras necessidades. Tais demandas situam-se tanto na educação não formal como na formal (GOHN, 2006).

Pode-se atribuir que a educação formal “compreenderia instância de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática” (LIBÂNEO, 2005, p. 31).

Os espaços educativos precisam ser focalizados a partir dos sujeitos que são o alvo dos processos educacionais. Construir categorias e conceitos para análise desses espaços exige compreender suas características, distinções articulações. Entre tais espaços destacam três categorias: a Educação Formal, a

Educação informal e a educação não formal. Temas estes que serão discutidos a seguir.

4.2 EDUCAÇÃO INFORMAL E NÃO FORMAL

A educação informal é reconhecida como a espontânea, onde o sujeito concebe em seu processo de socialização com a família, amigos, em seu bairro etc. A educação formal é a desenvolvida na escola, com conhecimentos de mundo já pré-estabelecidos.

Referente a distinção de educação não formal em relação à educação informal, Gohn (2008) traz o seguinte esclarecimento:

A educação transmitida pelos pais na família no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas, etc., são considerados temas de educação informal. O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontaneos ou maturais, ainda que seja carregado de valores e representações, como é o caso da educação familiar (GOHN, 2008, p. 99-100).

A educação informal pode ser definida como toda atividade educacional realizada fora do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinadas parcelas da população. Como se vê, não é somente nos espaços escolares que acontece a aprendizagem e o ensino, mas também nos mais diferentes espaços não formais ou informais.

Conforme ensinamentos de Libâneo (2020)⁴ o caráter não intencional e não institucionalizado da educação informal não a torna menos importante na conformação de hábitos, capacidades e faculdades de pensar e agir do homem, a ênfase que muitos educadores têm dado e essa modalidade de educação tem contribuído, sobretudo para a compreensão da totalidade dos processos educativos, para além da dualidade docente-discente. Para o referido autor a educação informal ultrapassa as modalidades de educação formal e não-formal.

Na educação não formal, não existe lugar, horários ou currículos.

⁴ Libâneo, José Carlos. Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. Disponível em: <<<https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/licenciatura-em-artes-visuais/modulo/1/cp005.html>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

Os conhecimentos são partilhados em meio a uma interação sociocultural que tem, como única condição necessária e suficiente, existir quem saiba e quem queira ou precise saber. Nela, ensino e aprendizagem ocorrem espontaneamente, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo deles tenham consciência (GASPAR, 2014, p. 3).

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, ela deve almejar uma educação mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural (GADOTTI, 2000). Nos dias atuais, além da escola, também a empresa, o espaço domiciliar e o espaço social tornaram-se educativos. Cada dia mais pessoas estudam em casa, uma vez que podem, de casa, acessar a informação disponível nas redes de computadores interligados – serviços que respondem às suas demandas de conhecimento. Em contrapartida, a sociedade civil (Associações, sindicatos, igrejas, etc.) está se fortalecendo como espaço de difusão de conhecimentos e de formação continuada (GADOTTI, 2000).

A educação abrange todos os processos de formação do sujeito:

A educação se caracteriza como um processo contínuo que se desenvolve a todo momento onde haja pessoas construindo conhecimentos em interação e inter-relação. Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender - e - ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver” (BRANDÃO, 2007, p.7).

A educação ajuda transformar o mundo, que se torna a se transformar, porquanto esse processo não finaliza. Tal processo poderá levar ao desenvolvimento de um espírito crítico fundamental para se evitar novas formas de opressão, ou seja, a educação é um instrumento que serve para diminuir as injustiças sociais (FREIRE, 2000).

Gradualmente a educação tem convivido com mudanças, e vem se ampliando para outros espaços, transpondo os muros da escola, alcançando diferentes espaços.

[...] Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não-escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também na criação e elaboração de jogos, brinquedos (LIBÂNEO, 2005, p 22).

Deste modo, a educação é um processo inerente à formação do sujeito, ou seja, não é a escola o seu único espaço de aprender e nem é o professor o único sujeito a ensiná-lo.

Na acepção de Líbano (2020)⁵ a educação não formal, seriam aquelas atividades com viés de intencionalidade:

Com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando relações pedagógicas, mas não formalizadas. Neste caso entram os movimentos sociais organizados na cidade e no campo, os trabalhadores comunitários, atividades de animação cultural, os meios de comunicação social etc. Seria, além disso no caso da escola, as atividades extra-escolares que proveem conhecimentos complementares, em concessão com a educação formal. O exemplo da escola mostra que, frequentemente, haverá, um intercâmbio entre o formal e o não formal. Uma associação de bairro, instância de educação não formal, poderá reunir as mães, durante três dias, para um curso sobre a importância do aleitamento materno onde se terão objetivos explícitos, conteúdos, métodos de ensino, procedimentos didáticos que são características de educação formal (LIBÂNEO, 2020, p. 1).

No ano de 2004 o Governo Federal Brasileiro elaborou o Plano Nacional de Educação (PNE) em Direitos Humanos (DH), contando com a contribuição de Maria Glória Gohn. O plano inclui um capítulo sobre a educação não formal, definindo seus princípios da seguinte forma:

- A educação não-formal deve contribuir para a igualdade social, o desenvolvimento pessoal e favorecer melhor qualidade de vida e elevação da autoestima dos grupos socialmente excluídos;
- A educação não-formal deve se tornar um instrumento eficaz no processo de construção da democracia, da cidadania, da paz, do desenvolvimento e da justiça social, de modo a garantir a inclusão social e a dignidade humana;
- Os programas de educação não-formal devem possibilitar o respeito à igualdade e à diferença, fomentar valores éticos e cívicos, além de contribuir para o combate ao racismo, à discriminação, à intolerância e à xenofobia;
- As estratégias e metodologias devem ser trabalhadas em uma perspectiva interdisciplinar e no confronto com a realidade, permitindo mudanças nas

⁵ LIBÂNEO, José Carlos. **Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional**. Disponível em: <<https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/licenciatura-em-artes-visuais/modulo/1/cp005.html>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

atitudes, valores e práticas dos participantes de programas de educação não-formal, de modo que estes possam adotar valores vinculados à solidariedade e ao respeito aos direitos humanos;

- A educação não-formal em direitos humanos deve articular o conhecimento popular ao conhecimento acumulado historicamente pela humanidade.

Nesta perspectiva, portanto, no território em que as feiras estão inseridas, aprender torna-se uma atividade humana de engajamento e, nesta mesma direção, abrange processos e movimentos particulares, porquanto são desenvolvidos por sujeitos, suas histórias e trajetórias, estruturados por relações sociais, envolvendo, tanto o passado como presente e futuro (CHARLOT, 2001).

Silva (2014b), em sua dissertação intitulada “*A "Pedagogia" da Feira Livre de São Bento: narrativas, saberes e práticas educativas na cidade de Cascavel*” -, defendeu que as pessoas têm a capacidade de aprender e construir conhecimentos em todos os espaços, utilizando suas experiências e vivências de mundo. Por isso que nas relações estabelecidas entre os feirantes também incidem práticas educativas. A autora evidencia que mesmo de uma maneira livre e sem direcionamento sistemático, há na feira práticas educativas e formas de aprender. Do mesmo modo, as feiras são ambientes que mesmo sofrendo com os avanços da modernidade, proporciona entre seus sujeitos os vínculos de sociabilidade e a união de saberes entre vários povos.

Souza (2015) em seu artigo intitulado “*As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação*”-, chegou ao entendimento que o trabalho desempenhado nas feiras livres, além da compra, comercialização e venda de produtos, enquanto espaços educativos não formais de aprendizagem, “de formação humana e de educação popular, de trabalhadores e trabalhadoras constroem e reconstroem saberes, a partir de suas estratégias de sobrevivência material e simbólica” (p. 3).

Lucena e Cruz (2011) em seu artigo cujo título “*Lugares que educam: o aprendizado em feiras livres*” -, observaram que o aprendizado da feira, o trato com os números (contagem, as quatro operações: soma, subtração, divisão e multiplicação, e a porcentagem, entre outros), o desenvolvimento das relações interpessoais frutos das negociações, do trato e do talento para lidar com os clientes, o conhecimento do peso e medida das mercadorias, o desenvolvimento da

sensibilidade de reconhecer a qualidade de um produto e o desenvolvimento dos delitos são, sem dúvida, enriquecedores, porém, deve -se levar em consideração que, eles não devem ser deslocados do conhecimento científico adquirido em complementação com o ambiente escolar (p. 11).

Por fim, pode-se considerar, que a educação informal / não informal, faz-se presente nas práticas das feiras livres, a partir de que que estes trabalhadores e trabalhadoras, na luta cotidiana por melhores condições de vida, constroem e reconstroem saberes (LUCENA; CRUZ, 2011; SILVA, 2014b; SOUZA, 2015) e, neste sentido, são processos educativos produzidos em suas experiências culturais e sociais, no convívio que estabelecem com o outro (feirantes e fregueses), com o mundo da vida e no mundo do trabalho como ensinam autores como: Brandão (2007) e Freire (1981; 2000; 2014).

O próximo capítulo, incide em apresentar a metodologia da pesquisa, ou seja, as etapas que compõem o estudo, para que o mesmo consiga atingir os objetivos propostos inicialmente.

5 NOS CAMINHOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os caminhos percorridos para que a pesquisa alcançasse os objetivos propostos. Primeiramente, apresenta-se o *locus* da pesquisa. Logo em seguida, descrevem-se: amostra, sujeitos participantes, instrumento de coleta de dados e a forma como foi realizada a análise dos dados. Os autores que fundamentam a análise dos dados são: Santos (1991) e (1997) e Bardin (2016) respectivamente.

5.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa é do tipo bibliográfica, empírica de cunho geográfico respaldada nos pressupostos de Milton Santos (1991/1997) e outros autores.

De acordo com Santos (1991, p. 77) "o espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial". E explicita, Santos (1997) ao afirmar que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a compreensão da produção do espaço). Sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Ainda segundo Santos (1997, p. 50).

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

Neste cenário, Santos op. cit. (1997) conclui que forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

5.1.1 Perspectiva Metodológica

A perspectiva metodológica adotada para o desenvolvimento aqui proposto tem um enfoque qualitativo. Segundo Minayo (2001, p. 21), esta abordagem investigativa, aplica-se nos casos em que se busca identificar o grau de conhecimento, as opiniões, seus costumes, comportamentos. Ou seja, este método oferece informações de natureza mais objetiva e aparente. Seus resultados podem refletir as ocorrências de seus segmentos, de acordo com a amostra com a qual se trabalha (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A pesquisa qualitativa nas ciências sociais volta-se para o universo de significados, crenças e cultura, correspondendo a um espaço mais intenso das relações, dos processos e dos fenômenos. A abordagem qualitativa adentra-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado que não se vê (MINAYO, 2001). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa torna-se o caminho mais viável para compreender e analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba/PR. Além disso, por meio da pesquisa qualitativa é possível estabelecer um contato dialogal favorável com os sujeitos da pesquisa, contribuindo para o entendimento e análise do tema explorado. Os pesquisadores qualitativos descrevem o que se colhe de forma detalhada. “Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16). Deste modo, segundo estes autores, os dados coletados, em investigações qualitativas, são fundamentalmente descritivos, porquanto “a descrição funciona adequadamente como método de recolhimento de dados, quando se almeja que nenhum detalhe se perca” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 49).

Uma vez apresentados as informações que caracterizam o estudo, o próximo passo consiste em apresentar as informações contidas na pesquisa e análise dos mesmos.

5.2 LOCUS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi desenvolvida em uma Feira Permanente de Economia Popular Solidária (AFEPEPSP) localizada na cidade de Curitiba/PR. (Figura 2).

Figura 2 - Feira Permanente



Fonte: Acervo TECSOL (2018)

O bairro onde se localiza a Feira Permanente situa-se na zona Oeste da cidade de Curitiba com uma população de 40.735 pessoas, ocupa uma área de 5,69 km². O referido bairro, abriga um enorme centro comercial

5.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Fez parte desta pesquisa oito feirantes da Feira Permanente de Economia Popular Solidária (AFEPEPSP), do gênero masculino e feminino, maiores de 18 anos, residentes de Curitiba e Região Metropolitana.

A seguir apresenta-se o perfil dos participantes (Quadro 1), que foram identificados pela letra F com os números de 1 a 8, visando a preservação de suas identidades.

Quadro 1 – Perfil dos feirantes

Nome	Idade	Gênero	Escolaridade	Tempo de feira
F1	45	Feminino	Ensino fundamental	2 a 5 anos
F2	61	Feminino	Curso superior – Economia	2 a 5 anos
F3		Feminino	Ensino Fundamental	10 a 15 anos
F4	75	Feminino	Curso Superior	10 a 15 anos
F5	59	Feminino	Curso Superior	5 a 10 anos
F6	48	Feminino	Ensino fundamental	5 a 10 anos
F7	51	Feminino	Ensino Fundamental	5 a 10 anos
F8	51	Masculino	Ensino Fundamental	Entre 2 a 5 anos

Organização: Autor (2020).

No que se refere ao levantamento e agrupamento de feirantes por faixa etária (Quadro 1), destaca-se que a idade mínima apresentada foi de 45 anos. A idade máxima chegou aos 75 anos. Verificou-se que o grupo de feirantes é composto, majoritariamente, por mulheres adultas que elegeram a feira para a realização de suas atividades profissionais. Verificou-se ainda que 5 feirantes cursaram o ensino fundamental e 3 feirantes chegaram a concluir o ensino superior. Quanto ao tempo de atuação (Quadro 1), como feirantes, oscilou entre 2 e 15 anos. Como se constata a Feira Permanente em sua maioria é composta por mulheres.

5.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foi aplicado um questionário com perguntas fechadas e abertas, na primeira semana de outubro de 2020, composto por 9 questões (Apêndice A) que trouxessem as percepções dos feirantes sobre o processo de construção da ocupação do território da Feira Permanente. Pois desta forma, foi possível não só compreender esses fenômenos relacionados à conquista dos espaços urbanos, como a formação de uma identidade com o território e sua posição na estrutura socioeconômica. O questionário foi enviado por *e-mail* ao responsável das barracas. Lembrando que primeiramente, foi realizado um contato via celular, com explicações pertinentes a pesquisa, onde foi esclarecido às dúvidas do sujeito participante. Para tanto, foram observadas a proteção do participante da pesquisa conforme Normas e Diretrizes

Brasileiras que ordenam as pesquisas envolvendo seres humanos, Resoluções nº 466/12 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (Apêndice B) que foi assinado por cada participante. E o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, consta com o registro nº. 38341320.0.0000.5573.

O questionário possibilitou atingir inúmeros feirantes ao mesmo tempo, obtendo-se valiosas informações. Este instrumento garantiu, também, uma maior liberdade das respostas em razão do anonimato, evitando *vieses* potenciais do entrevistador (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.107).

5.5 PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise do questionário foi realizada por meio das técnicas de análise de conteúdo de Bardin (2016), que tem um caráter, sobretudo qualitativo, embora possa se utilizar de parâmetros estatísticos para apoiar as interpretações dos fenômenos da comunicação. Nesse contexto, sinaliza-se uma técnica que envolve analisar a comunicação de maneira sistemática. A análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas” (MINAYO, 2001, p. 74).

De acordo com Bardin (2016, p. 280) as técnicas de análise constituíram as seguintes fases para a sua condução:

- a) Organização da análise;
- b) Codificação;
- c) Categorização;
- d) Interpretação dos resultados.

A respeito da organização da análise, tendo “à disposição resultados fiéis e significativos, pode o pesquisador propor inferências e adiantar interpretações a propósitos dos objetivos previstos -, ou que digam respeito” ao surgimento de resultados inesperados (BARDIN, 2016, p. 127)

Ao codificar, o pesquisador transformou os dados brutos do texto em uma representação do conteúdo do que foi estudado no *corpus*, obtendo neste trabalho as características das mensagens que foram escritas.

A análise de conteúdo, fundamenta-se, de modo implícito, na acepção de que a “categorização (passagem de dados em bruto a dados organizados) não

introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados em bruto” (BARDIN, 2016, p. 147).

Neste trabalho foi utilizado três categorizações, posteriormente ao recolhimento de dados:

- I) Perfil dos feirantes;
- II) Processo de construção da ocupação do território dos feirantes;
- III) Processos desenvolvidos na educação não formal com os feirantes;

A interpretação dos resultados, teve alicerce em Santos (1991) e (1997) e Bardin (2016) e outros autores.

5.6 ROTEIRO METODOLÓGICO

A seguir, no Quadro 2, aponta-se o roteiro metodológico utilizado nesta pesquisa.

Quadro 2 – Roteiro metodológico da pesquisa

PESQUISA QUALITATIVA	
Problema de Pesquisa	Como se estabeleceu o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba-Paraná?
Objetivo Geral:	Analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba/PR.
Objetivos Específicos	<ol style="list-style-type: none"> a) Analisar o processo de construção da ocupação do território dos feirantes; b) Compreender os saberes e práticas formais e informais que ocorrem na Feira Permanente; c) conhecer o reflexo da pandemia (Covid-19) na vida dos feirantes. d) Propor a elaboração de um produto a partir dos achados.
Sujeitos	Feirantes de uma Feira Permanente em Curitiba/PR.
Instrumento de coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Questionário (fechado e com questões abertas).
Análise dos dados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de conteúdo de BARDIN, (2016); SANTOS (1991; 1997). Entre outros.

Organizador: Autor (2020).

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresenta-se o resultado do questionário aplicada com oito feirantes da Feira Permanente localizada na cidade de Curitiba-PR. Lembrando que a ideia inicial era aplicar entrevista com estes sujeitos, no entanto, devido a pandemia (COVID-19), foi necessário alterar o procedimento metodológico, visto que no mês de março de 2020 foi decretado isolamento social e grande parte do comércio permaneceu fechado, no qual se incluem as feiras.

Convém esclarecer que alguns questionamentos, não foram devidamente entendidos pelos feirantes, como por exemplo, quando foram convidados a relatar como iniciou a feira, apenas um participante, fez um relato em conformidade com a pergunta. Portanto, se o entrevistador estivesse presente, poderia ter auxiliado o respondente. Neste sentido, cabe reconhecer que a pesquisa ficou prejudicada em parte, pois poderia ter sido melhor aproveitada qualitativamente.

O questionário foi analisado em três categorias, conforme subitens (6.1; 6.2; e 6.3) que são os três objetivos específicos delineados inicialmente:

- a) compreender a ocupação do espaço com foco no processo de territorialização da feira; (6.1.1); (6.1.2); (6.1.3)
- b) compreender os saberes e práticas formais e informais que ocorrem na Feira Permanente;
- c) conhecer o reflexo da pandemia (Covid-19) na vida dos feirantes.

6.1 PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA FEIRA

Conforme Lüdke e André (1986) na análise de dados qualitativos, faz-se necessário “trabalhar” todo o material coletado na pesquisa, entrevistas, registros de observações. Mas, neste estudo, foi utilizado apenas questionário respondidas por escrito pelos feirantes, devido a pandemia (COVID-19) que assolou o mundo, dificultando a proximidade física.

Desse modo, na descrição das análises, foram articulados elementos do referencial teórico aos dados coletados na entrevista. Cumpre esclarecer que se optou por apresentar as falas dos feirantes com recuos, como nas citações diretas.

Primeiramente, apresenta-se as narrativas sobre o início no espaço da Feira Permanente, cujos relatos seguem descritos. A narrativa da feirante F4 é rica em detalhes, sobre a iniciação da feira Permanente:

Iniciamos a feira em 2010 no Bairro Novo, no espaço da paróquia Profeta Elias, com cerca de 20 barracas com igual EES⁶ que produziam uma diversidade de produtos artesanais, alimentos e panificação. Por volta de 2012 a feira permanente fez uma tentativa de se instalar no Sítio Cercado, mais especificamente na paróquia São José das Famílias, no Parigoht de Souza. A comercialização continuou muito fraca e então procuramos uma praça para nos instalarmos. Tentamos a Secretaria do Trabalho e Ação Social, mas não conseguimos. Então, num ato de ousadia profética, decidimos em agosto de 2015, ocupar o calçadão ao lado do MUMA. Lá estamos até hoje (F4).

Vários acontecimentos contribuíram para que fosse desencadeado a ideia da criação de uma Feira Permanente, este processo teve início aproximadamente na década de 2000 na Paróquia Profeta Elias, no Bairro Novo, a partir de um trabalho proposto em uma Campanha da Fraternidade de 2002, em que os Bispos pediam a superação da fome e da miséria, formando uma parceria com as irmãs da Cáritas Socialis alguns integrantes da feira sendo vizinhos da paróquia foram chamados para trabalhar na formação de atividades com objetivo de gerar trabalho e renda baseados nos princípios da ECOSOL. As ações foram acontecendo sempre com um processo de formação em diferentes áreas, como a criação de padarias comunitárias no Bairro Novo, com os carrinheiros, que na atualidade formam uma Associação de Catadores, foi também organizado um Clube de Trocas e uma oficina de costura na Comunidade Santiago. Devido a necessidade da comercialização dos produtos e do envolvimento de inúmeras famílias nos diferentes empreendimentos, começa a ser discutido a criação de uma Feira Permanente sobre a orientação de uma religiosa pertencente ao grupo Cáritas.

Inicialmente (2010) os feirantes se reuniam na regional Bairro Novo, no espaço da paróquia Profeta Elias, onde ofertavam produtos artesanais, alimentos e panificação. No ano de 2012 a Feira Permanente instalou-se em outro bairro na mesma regional da cidade, mas não obteve o retorno esperado. Então, em agosto de 2015, a Feira Permanente, instalou-se no local onde permanece até os dias atuais. Conta atualmente com 50 membros. Sendo a quarta-feira e o sábado os dias de exposição.

⁶ EES - Empreendimentos Econômicos Solidários.

O surgimento das feiras vem acompanhado de uma demanda natural das pessoas por oferecer um espaço onde o feirante possa expor seus produtos, para um maior número de pessoas, vendendo-o. Deste modo as feiras contribuem para o aumento da entrada de recursos, bem como, para comercializar os produtos da própria comunidade.

Conforme Mascarenhas e Dolzani (2008) a feira está presente na maioria das cidades brasileiras, especialmente naquelas com população superior a 300 mil habitantes. Desempenhando nos dias atuais papel relativamente importante no abastecimento urbano, apesar das políticas públicas adversas que muitas vezes o feirante tem que enfrentar para conquistar e manter-se em seu espaço.

As próximas narrativas, referem-se como eles se inseriram como feirantes, uma vez que eles não compreenderam que era para contar como a feira iniciou, mesmo assim, o contexto se mostra profícuo:

No início uma aventura. Não sabia ao certo o que era ou representava de fato uma feira. Estava sendo apresentada ao um novo modelo de comercialização e de trabalho solidário (F2).

O início foi cheio de incertezas, medo e muito trabalho. E acima de tudo fé e esperança do verbo esperar (F7).

Conheci a Economia Solidária nos encontros dos clubes de trocas que aconteciam no Marista, Fazendinha. Meu início foi logo após o falecimento de meu irmão único. Fui à procura de acalento e abraços para alívio da dor, e lá conheci a ECOSOL⁷. A partir deste momento tive contato com a feira permanente, [...] (F8).

Uma leitura imediata revela nas falas acima que os sujeitos pesquisados, apresentam conhecimento sobre a Economia Solidária. Para a F2 de início, a feira foi apenas uma aventura, mas logo em seguida, reconhece a importância do trabalho solidário. A F7 menciona a “incerteza” e a “esperança” que a feira remete. E o Feirante F8, relata sua experiência com a Economia Solidária (ECOSOL).

Por Economia Solidária (ECOSOL), entende-se um jeito diferente de produzir, comprar, vender e trocar o necessário para promover o bem viver das pessoas, regidos por valores como: autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano (ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2007; SINGER, 2002). As experiências de ECOSOL, que recentemente despontam no Brasil, demonstram um potencial

⁷ ECOSOL – Economia Solidária.

emancipatório e criativo em termos de construir um mundo mais humanizado e uma cultura da vida comunitária (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1993).

Como se evidencia, de início alguns feirantes não tinham noção das características inerentes a uma feira, no entanto, com o passar do tempo, esses sujeitos passaram a aprender sobre autogestão, democracia, cooperação, solidariedade assim descobriram o seu potencial emancipatório e criativo.

Para Charlot (2005, p. 41) feiras enquanto lugar de trabalho de negócio ou de lazer, são espaços de construções envoltas por saberes, por conhecimentos. “[...] discutir a relação com o saber é buscar compreender como o sujeito apreende o mundo e, com isso, como se constrói e transforma a si próprio: um sujeito indissociavelmente humano, social e singular”. Na concepção de Almeida (2009, p. 36) “esses sujeitos evocam uma multiplicidade de educações, territorialidades e sociabilidades ao apropriarem-se material e simbolicamente dos espaços”.

Foi questionado aos feirantes se eles obtiveram algum apoio, auxílio? E por parte de quem? Seguem os depoimentos:

Recebemos a poio da CEFURIA e da TECSOL (F2).

A CEFURIA nos ajudou e bastante (F3).

A feira permanente, sempre teve apoio irrestrito, desde sua criação, da CEFURIA, e TECSOL bem como o apoio da Paróquia Profeta Elias (Bairro Novo), Paróquia São José das Famílias(Sítio Cercado), Fundo Luterano de Diaconia, Fundo Diocesano de Solidariedade, Instituto Marista, Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Curitiba e Região, entre outros que não cito aqui, [...] contribuíram e contribuem para a identidade desse organismo que hoje é respaldado juridicamente por uma Associação Própria (F4).

Recebemos ajuda da CEFURIA com as barracas e da TECSOL e dos Sindicato dos bancários (como carinho) (F5).

Desde o início a feira permanente teve apoio do CEFURIA, a TECSOL até os dias de hoje (F7).

Como revelado acima, os feirantes reconhecem o importante apoio do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) bem como da Incubadora de Economia Solidária (TECSOL).

O Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) é uma organização da sociedade civil que atua a partir da educação popular e da formação política, para o fortalecimento da organização popular em Curitiba, Região Metropolitana e outros municípios do interior do Paraná. A organização busca a

construção do Projeto Popular para o Brasil, por um país politicamente democrático, economicamente justo, para que a sociedade tenha acesso igualitário a direitos, que respeite e incentive a pluralidade cultural, e em harmonia com o meio ambiente. Acredita-se que estas transformações profundas da sociedade brasileira serão resultado da organização e das lutas do povo.

Os objetivos principais do CEFURIA consistem, em organizar e fortalecer grupos autogestionários de economia popular solidária, visando à construção de um projeto econômico contra-hegemônico; fortalecer a comunicação popular, aliada à formação crítica sobre os grandes meios de comunicação e à luta pela democratização da mídia; e promover espaços de articulação entre as organizações do campo e da cidade, impulsionando a luta pela soberania alimentar e processos organizativos na periferia da grande Curitiba.

As ações da TECSOL e CEFURIA voltam-se para o oferecimento de consultorias diretamente ligados à Feira, além de cursos de formação para feirantes. Os cursos de formação seguem os princípios da Economia Solidária, como autogestão, democracia participativa, cooperativismo e solidariedade, além de formações nas áreas de associativismo, formação de atendimento ao público, gestão e comercialização de produtos, além de outros conforme demanda e necessidade dos feirantes. Sobretudo, busca-se fortalecer o desenvolvimento socioeconômico da sociedade por meio da consolidação de atividades inclusivas, e de melhoria das feiras livres objetivando geração e manutenção de trabalho e renda.

6.1.1 Vantagens e desvantagens atribuídas a Feira Permanente

A pesquisa buscou saber quais são as vantagens e desvantagens atribuídas a Feira Permanente, as respostas estão descritas a seguir:

Agora a chuva não é um problema. Anteriormente a feira acontecia nos pátios da Igreja no Sítio Cercado. E funcionava mais como encontro do que propriamente feira. Já que tinha o projeto Petrobrás que bancava a mesma. As vantagens de agora é que aprendemos a buscar o nosso próprio sustento e os projetos nos ajudam apenas para os equipamentos. As desvantagens, é que ainda não aprendemos ou conseguimos nos sustentar por completo. Ainda dependemos de um projeto para bancar melhorias (F1).

As tradicionais feiras têm se modernizado, transformando-se em locais atraentes para feirantes e fregueses, especialmente aqueles que os frequentam habitualmente. Segundo De Certeau, et. al. (1996) Os feirantes têm se direcionado para a organização do ambiente, a higiene e a limpeza de seus espaços de trabalho, deixando de ser apenas vendedores para formalizar as trocas que se efetivam nesses espaços

A feira de agora tem visibilidade ampla no público do bairro. Mas sempre insuficiente. Bairros vizinhos ainda não sabem que a Feira existe. E, internamente, a maioria das trabalhadoras da economia solidária [...] não tem um plano de marketing, de publicidade, de propaganda, de comunicação. A gente, da alimentação agroecológica, faz mais marketing dentro do grupo de cestas agroecológicas, em 2 anos, do que a existência inteira da feira, por conta que atingimos muito mais público consumidor. No entanto, ao trazer pessoas novas para buscar as cestas em seu espaço territorial (ponto de busca na feira permanente) são poucas as trabalhadoras que cativam os potenciais novos consumidores para também visitarem suas barracas. Essa persuasão ou sensibilização para o belo, para o necessário, pra outra área do conhecimento que a alimentação ainda é desafio da maioria dos pares de empreendimentos (F3).

[...] agora conquistamos o espaço com as documentações necessárias para permanecer lá (somos uma associação dona Lourdes fez o meio campo e o CEFURIA nos ajudou com as barracas (F4).

Tendo em vista, as falas apresentadas acima, desafios ainda existem na Feira Permanente. Entretanto, elas evidenciam concepções de vida, de trabalho, de tessituras sociais, que confirmam a solidariedade e a responsabilidade individual e coletiva, a transparência nas relações, o estabelecimento da confiança, a iniciativa pessoal, e dedicação ao trabalho (KLIKSBURG, 2001).

Há que se destacar a importante concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços no bairro onde está localizado a feira e seu perímetro. O bairro abriga um enorme centro comercial nas proximidades. Também está um dos maiores templos do Brasil da igreja Congregação Cristã no Brasil. Além disso, é intenso o fluxo de veículos (transporte coletivo urbano; transporte intermunicipal; bem como, de veículos de passeio). Os itinerários se orientam no sentido das vias rápidas de acesso centro-bairro e bairro- centro.

A Feira Permanente além de gerar trabalho e renda cumpre seu papel no desenvolvimento de ações sustentáveis e de bem viver. Além da exposição de produtos variados, o evento que ocorre nas quartas-feiras e sábados é oportunidade para os moradores da zona urbana comprar produtos diversos que vai do artesanato a gêneros alimentícios, tendo a oportunidade de dialogarem com os feirantes

sempre de forma agradável e divertida, o que caracteriza as feiras em geral. Sendo uma atividade de reconhecida relevância para as feirantes como auxílio na subsistência econômica de dezenas de pessoas, como mencionado na fala da feirante F1.

Além do comércio são desenvolvidas atividades de formação no modelo de oficinas com diversas atividades como; alimentação, artesanato, costura e rodas de conversa sobre formação política, ação autogestionária, cooperativismos e democracia participativa, além de outros temas que possam ser sugeridos pelos feirantes.

Foi solicitado aos feirantes que descrevessem os pontos positivos da feira, as respostas estão descritas a seguir:

De positivo eu cito a legalização do espaço, com a ajuda da ECOSOL e destaco o fato da feira estar próxima de dois shoppings (F1).

Como pontos positivos, eu diria: - Conhecer e praticar coletivamente e ECOSOL; - Vivenciar os princípios da Economia Solidária; - Praticar a comercialização solidária, - Aumentar a renda e viver com dignidade. - Fortalecer a ECOSOL como contraponto ao capitalismo. (F2).

O ponto positivo: o trabalho em grupo. o autoconhecimento. Ainda ser um complemento de renda, e não a renda total. (F3).

Vejo como ponto positivo a geração de trabalho, renda, formações, aprender e também a compartilhar com o coletivo o que aprendemos. (F6)

No relato das feirantes F1, F2, F3, e F6, ficam evidenciadas a importância dos princípios da ECOSOL, que contribuíram de forma significativa para a formação e conquista do território cujo objetivo tem como finalidade um pensar voltado para o coletivo, pela procura de uma melhor qualidade de vida e pela própria conquista de geração de trabalho e renda. Sendo os princípios da ECOSOL os elementos norteadores que deram uma unicidade ao grupo de feirantes da Feira Permanente para que a ocupação legal do território fosse conquistada.

A importância da autogestão foi destacada pela F4, e a F7 enfatizou a troca de informações geradas no espaço da feira:

[...] Excelente espaço de vivência do conceito de autogestão(F4). Além disso, geração de trabalho, renda, formações, aprender e também a compartilhar com o coletivo o que aprendemos. Aprender que temos valores e a dar valor, saber que temos um lugar nesse mundo e saber que somos

capazes de promover algo tão grande como geração de renda e trabalho digno. (F4)

Temos um espaço de convivência aonde recebemos todos a participarem de oficinas e rodas de conversa sobre assuntos diversos, a ideia é compartilhar informações (F7).

Cabe aqui destacar a concepção de autogestão defendida por Gadotti (2009), ou seja, para a autogestão ser eficaz, é necessário que as pessoas envolvidas no processo possam desenvolver a gestão colaborativa, a qual envolve processos organizativos e produtivos, além dos processos de formação e informação.

Por sua vez, os feirantes destacaram não só questões positivas em relação a feira, mas também pontos negativos, que estão elencados a seguir:

Em contrapartida, a feira ainda não tem o movimento de pessoas circulando para se sustentar (F5).

Cito como negativo o fato de ainda não alcançarmos a sustentabilidade, ou seja, não conseguimos viver com a renda mensal da feira. (F6).

No entanto como ponto negativo, a feira ainda não proporciona renda para termos uma vida econômica mais tranquila [...] (F8).

No entanto como pontos negativos, percebo o descompasso de formação entre as integrantes dos empreendimentos, [...] (F4).

Os pontos negativos são vários como apontam os feirantes, porém o mais destacado refere-se ao sustento econômico dos feirantes, seguindo do descompasso de formação entre alguns integrantes da feira como afirma o feirante F4.

Como mencionado por Singer (2002, p. 10) a economia solidária apresenta outra forma de produção, cujos princípios basilares são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Portanto, a aplicação desses princípios conecta aqueles que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda, sendo este texto aplicado ao modo de produção da Feira Permanente.

A identidade baseada em valores que divergem dos valores do capital foi apontada como fator negativo pela feirante F2.

No que se refere a pontos negativos, eu citaria: Dificuldade em romper com a cultura capitalista do ter, do ser mais que os outros, da exploração do trabalho e da acumulação. Desafio de irromper com endeusamento do dinheiro, da irresponsabilidade em manter o respeito e cuidado com o meio ambiente;- Desconstruir a cultura da exploração e dominação do trabalho (F2).

Portanto, para Grimm, Sampaio e Procopick (2018, p. 18) a organização das feiras urbanas parece se identificar com múltiplos fatores relacionados à capacidade local de mobilizar capital social para buscar perspectivas de desenvolvimento regulado por uma lógica menos dependente daquelas formas de produção intensivas em recursos de capital e de intensa presença regulatória estatal.

6.1.2 Dificuldades enfrentadas na conquista do espaço da feira

Foi questionado aos feirantes sobre as dificuldades enfrentadas na conquista do espaço da Feira Permanente, cujas respostas estão elencadas, a seguir:

O medo de não conseguir a documentação para legalizar, pois quando nos ocupamos o espaço o principal receio era nos retirarem (F1).

O medo de não estar regular, o medo, de pessoas nos ameaçando, o receio quando o fiscal dos ambulantes, apareciam (F5).

O medo das incertezas do dia a dia. Estar ocupando um espaço sem autorização e sem documentos. Conviver com o tráfico de droga [...], medo dos ambulantes (F6).

Observa-se que o termo “medo” está presente em três narrativas (F1; F5; F6). A principal dificuldade enfrentada pelos feirantes esteve diretamente relacionada as questões legais (Alvará). Segundo Santos e Castro (2015, p.10) nas feiras, em meio “a trocas de favores e mercadorias, mesmo na teoria da reciprocidade, feirantes têm medo de possíveis violências, muitas vezes também são omitidas ou alegam ter medo de represálias se algo as escapar”.

Rolnik (1997, p. 13) ressalta que “a legislação constitui o conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço da cidade”. É fato incontestável que o Estado ainda se comporta como o agente

regulador legal, visto ser de sua responsabilidade a elaboração de leis, normas e posturas que regulamentam o uso e a ocupação do espaço urbano.

[...] Com auxílio da ECOSOL, TECSOL, e a CEFURIA [...] conseguimos o Alvará (F1) (F2). (F3); (F4); (F5); (F6); (F7) e (F8).

Com a participação da TECSOL e CEFURIA os feirantes conseguiram a legalização para ocuparem o espaço, como revelaram as narrativas. Estas organizações auxiliaram na regularização da Feira Permanente na Prefeitura do Município de Curitiba-PR, obtendo a formalização da ocupação em um território no espaço público da cidade pela obtenção do alvará de funcionamento, conquistado pela formalização de uma Associação, a Associação da Feira Permanente de Economia Popular e Solidária.

As ações voltadas para desenvolvimento social e local evidenciadas na Feira Permanente representa um novo patamar de organização e de constituição de capital social. Suas evidências revelam uma identidade política e territorial de sujeitos que buscam melhores condições de vida e de trabalho. O empoderamento dos feirantes revela a importância da ação social em rede e articulada. Essa articulação em rede tem promovido o crescimento de competências socioeconômicas. Da combinação entre compromisso cívico, comunidade e liberdades individuais resultam o capital social, que agrega estoques significativos de redes sociais nas quais é marcante a reciprocidade e a confiança mútua (PUTNAM, 2002).

Destaca-se a seguir mais um depoimento:

As principais dificuldades foram: - Mobilizar e organizar os grupos em EES com conhecimento e prática dos princípios de ECOSOL; - As pessoas que aderiram vieram de periferia sem condições financeiras para produzir, se locomover e comercializar [...] (F3).

A gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) solicitam uma organização mais complexa, uma vez que exigem modos de gestão diferenciados das vivenciadas na lógica heterogestionária das empresas tradicionais capitalistas. Dentre as dificuldades para a efetivação da ECOSOL encontram-se o desafio dos EES atingirem níveis de eficiência comparáveis aos da economia capitalista (SINGER, 2002), bem como muitos de seus princípios (ex. autogestão, solidariedade) são difíceis de serem praticados dentro do capitalismo, uma vez que esse pauta-se na hierarquia, na competição etc. (LIMA; DAGNINO, 2013).

Um dos feirantes ressaltou que um dos entraves para a organização da Feira Permanente foi a pouca escolaridade de alguns membros:

Uma dificuldade refere-se a pouca escolaridade e já em idade avançada; - Devido os produtos ofertados na feira ser a maioria artesanatos, a comercialização era bem reduzida. [...] (F3).

De acordo com Sales, Rezende e Sette, (2011, p. 3) apesar de tantos predicativos competitivos, o crescimento e desenvolvimento das feiras ainda é limitado pela carência de conhecimento, informação e recursos dos feirantes. Mas, Brandão (2007, p. 7) adverte que a educação se desenvolve a todo momento onde haja pessoas construindo conhecimentos em interação e inter-relação. Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender - e - ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver”. Ou seja, segundo Libâneo (2005, p 22) há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também na criação e elaboração de jogos, brinquedos.

Então, a pouca escolaridade não poderia ser percebida como empecilho para a conquista do espaço na feira, porquanto não é a escola o seu único espaço de aprender e nem é o professor o único sujeito a ensiná-lo. Visto que o saber pode ser compartilhado. Referente a este ponto de vista, Charlot (2001) argui que no território em que as feiras estão inseridas, aprender torna-se uma atividade humana de engajamento e, nesta mesma direção, abrange processos e movimentos particulares, uma vez que são desenvolvidos por sujeitos, suas histórias e trajetórias, estruturados por relações sociais, envolvendo, tanto o passado como presente e futuro.

Por fim, convém considerar, que a educação, faz-se presente nas práticas das feiras, a partir de que que estes sujeitos, na luta diária por melhores condições de vida, constroem e reconstroem saberes.

6.1.3 Significado de espaço

Encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território, relata Milton Santos (1991; 1997), que não é uma tarefa fácil, uma vez que cada categoria possui diversas definições, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição fixa, ela deve ser reconhecida como flexível visto que permite mudanças. Isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território.

Dessa forma, segundo Santos (2010) o território emerge como elemento central de reivindicações. As práticas sociais que permeiam o espaço urbano têm, nesse conceito chave da Geografia – o território –, um suporte material e, às vezes, imaterial (território simbólico) para reivindicar o direito à cidade. A seguir apresentam-se as respostas dos feirantes concernentes ao entendimento de espaço:

Na voz do feirante F1, o espaço é conquistado pela luta:

A conquista deste espaço nos mostra que podemos sim ter um espaço público para comercialização e que temos direito. Esta conquista traz a alegria de que somos fortes e tudo que se inicializou na Paróquia Profeta Elias obteve evolução, éramos pequenos e agora somos maiores. O amor pelo espaço se dá pela luta, hoje não precisamos ter medo, pois somos legalizados. (F1).

O entendimento sobre ter o direito de usufruir um espaço público é devidamente reconhecido e compreendido na explanação do feirante F1, referindo-se, na sequência de sua conquista e no fortalecimento do grupo, onde narra, “erramos pequenos e agora somos grandes” complementando com uma linguagem de empoderamento e de conquista sobre um espaço, que agora é seu território legal. “pois somos legalizados”.

É muito importante para divulgar a Economia Solidaria, para nos manter unidos na construção coletiva da feira permanente e potencializar a comercialização e gerar renda (F3).

Na escrita do feirante F3 fica evidente a importância da educação diferenciada proposta pela ECOSOL, que prioriza o coletivo, muito diferente da tradicional. A F4 e F5 relaciona o espaço conquistado a “emancipação” da mulher e sua conquista na inserção no mercado de trabalho:

[...] O espaço de encontro entre mulheres, em sua maioria, de trocas, afinidades, confidencias, partilhas de vida, superação da invisibilidade (por conta dos parentes e ou familiares [...]) A emancipação e o espaço político

feminino de poder é algo que vejo com muito carinho. A maioria das vagas da direção da Associação feira permanente é garantida e mantida por mulheres. E o aprendizado é constante, evidente, cotidiano, dialético. Superar a lógica de mando do patrão sobre as empregadas é algo que consome tempo, neurônio e esforço. (F4).

O espaço proporcionou a valorização e emancipação das mulheres [...] local de trabalho, local também de formação e vendas, me sinto valorizada (F5).

A partir de um olhar voltado para o passado, o que se observa é uma exclusão das mulheres no espaço urbano, sobretudo, com baixa escolaridade. O “lugar” delas se deu na maioria das vezes dentro de casa, cuidando dos filhos ou da família, do lar, e por muitas vezes cuidando de outros lares e filhos, o que se configura hoje de “empregada doméstica”. Atualmente as mulheres vem conquistando seu espaço, como bem relatou a F4 “*Superar a lógica de mando do patrão sobre as empregadas [...]*”. O movimento das mulheres e suas diferentes trajetórias de lutas – ganharam espaço no meio urbano. Atualmente, as mulheres com pouca escolaridade não precisam necessariamente ser domésticas, elas podem ter seu próprio negócio, como por exemplo, ser feirante. Para a F5 o espaço da feira desmistificou e desconstruiu paradigmas, visto que agora ela sente-se emancipada e também valorizada: “*O espaço proporcionou a valorização e emancipação das mulheres*”.

Seguem outras definições:

Um local de trabalho e renda - dignidade (F6).

Este espaço da feira tem uma importância muito grande para todos seus artesãos, para nossa sobrevivência, resistência e acima de tudo valoroso ao movimento de economia solidária. (F7).

Nossa liberdade de expressão, mesmo que haja conflitos [...], ainda representa nossa total fonte de renda. (F2).

Os significados de feira atribuídos pelos F6, F7 e F2 estão relacionados ao sustento ou fonte de renda. Compreender os espaços geográficos em suas diferenças é primordial. Isso porque o espaço é transformado pela organização social, técnica e econômica pelos sujeitos que habitaram ou habitam os diferentes lugares, ou seja, o próprio espaço geográfico. Neste contexto, compreender o espaço geográfico é estabelecer as diferentes formas que o sujeito apresenta em seu dia a dia político, econômico; social e cultural. Mas, para alcançar essa

compreensão significativamente é indispensável vivenciar o espaço geográfico, buscando realizar reflexões acerca do mesmo.

Na concepção de Santos (2004, p. 153) espaço vem a ser um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

Frente a esta argumentação, o espaço é assinalado por contradições, ou seja, ele é vivido de diferentes formas em qualquer lugar, construído por meio das relações sociais coexistentes, como no caso da Feira Permanente, ora em estudo.

Conforme Santos (1992) e Corrêa (2004) o espaço urbano é o espaço das cidades, o conjunto de atividades que acontecem em uma mesma inclusão local, com dimensões legais, econômicas, sociais e culturais. O espaço urbano é o condicionante das ações sociais e o reflexo destas. Por sua vez o espaço urbano apresenta-se como um conjunto de símbolos e como um campo de lutas, especialmente envolvendo as classes sociais.

6.2 SABERES E PRÁTICAS FORMAIS E INFORMAIS QUE OCORREM NA FEIRA PERMANENTE

Aqui, busca-se compreender acerca dos saberes e práticas formais e informais construídos no espaço da Feira Permanente. Relativo a este questionamento, as entrevistadas (F2; F4 e F5) relatam um pouco sobre o que aprenderam trabalhando na feira vendendo artesanato:

Nestes 10 anos da feira permanente sempre aprendemos muito por ser um processo coletivo construído de forma auto gestonária seguindo a metodologia freiriana. Então, mais aprendi que contribui na organização da feira permanente. (F4).

Uma de minhas mais ternas conquistas e experiencias é ter aprendido, na práxis, o que é autogestão. Para mim o ato rotineiro de montagem de

barracas e os procedimentos metódicos e sincronizados, sem os quais a obra não se concretiza, é o mais puro e simples curso intensivo de autogestão. (F5).

[...] aprendi os princípios, da economia solidária adaptando-me a autogestão, e o mais importante foi ser acolhida pelos (as) companheiros (as). [...]

Percebe-se nas falas a relação entre o saber formal e a prática, pois as feirantes acentuam com clareza que seu trabalho na feira possibilitou adquirir conhecimentos sobre autogestão e ações autogestionária e sua aplicabilidade com exercício constante de uma democracia participativa, isso facilitou exercer suas atividades sempre com ações de pensar e agir no coletivo. Portanto, os saberes adquiridos pelas feirantes surgem de suas vivências do dia a dia, e esses conhecimentos produzidos partem de ações úteis da realidade delas. Convém destacar, além disso que a existência da feira representa para população local um lance de sobrevivência e de encontros.

Verifica-se que os feirantes, conforme Singer (2000, p. 317), constitui-se em “economia de comunhão -, aquela que segue o caminho da cooperatividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência apenas individual”. Singer (2000) ainda caracteriza a economia da comunhão, por meio dos seguintes elementos: autogestão para a solidariedade; fortalecimento de iniciativas econômicas cooperativas e associativas; desenvolvimento de redes de apoio mútuo; criação de formas alternativas de crédito e poupança; desenvolvimento de capacidades técnicas e de identificação dos potenciais; criação de novos espaços sociais, por meio da constituição de conselhos e fóruns permanentes.

A seguir apresenta-se outras narrativas, onde as feirantes (F2); (F5) (F4); (F6) e (F7) reconhecem a importância de conviver com as diferenças:

Aprendi a conviver com as diferenças. E que nem sempre é possível fazer valer a minha opinião. [...] prestar atenção no coletivo. Aprendi que deve prevalecer a melhor ideia (F2).

A maioria de nossas artesãs, porque hegemonicamente são elas as protagonistas do exercício feirante, vem de ambientes religiosos. A oração do Pai Nosso, por exemplo é uma sistemática invocação a um SANTO OU santa católicos(as) faz-se presente nas manhãs de cada feira. Um pouco estranho para meus hábitos coletivos num espaço comercial, como é a feira. Mas perfeitamente compreensível como um modus operandi daquele grupo, que, como educador popular que sou compreendo e significo como uma Cultura Organizacional construída por aquele grupo, constituído previamente ao meu recém chegado tempo (F5).

Aprendi aqui na feira a ter esperança, resistir e reinventar (F6).

Aprendi no convívio com os feirantes a ter paciência, dividir e o melhor a somar. Correr atrás do que se quer realmente, e que a as conquistas só vem através de muita luta e acima de tudo união amor e muito respeito (F7).

O Conviver, não quero dizer que é ato simples, sem tensões, sem emoções afloradas, caras-feias e até ódio, de acordo com o humor que cada um(a) está cultivando naquela data específica. (F5).

Percebe-se nas falas dos feirantes que o espaço da feira proporciona o aprender de regras de convivência e de comportamento: “*aprendi a ter paciência*” “*aprendi a resistir*”, “*cara de ódio*” Observa-se que a relação estabelecida dentro da feira fortalece os laços afetivos e colabora nas relações sociais entre os sujeitos.

De acordo com Braudel (1998, p.16), frequentada em dias fixos a feira é “[...] um centro natural da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam de ameaças às vias de fato; é nela também que nascem alguns incidentes [...]”. Conforme Charlot (2000) o espaço da feira contribui para uma interação com seus pares. A atuação construída em uma história que os articule à família, à sociedade, enfim, à espécie humana – engajados em um mundo no qual ocupam uma posição e onde se inscrevem em relações sociais. Comprovando essas palavras, o próprio Charlot (2005, p. 41) aduz que “[...] discutir a relação com o saber é buscar compreender como o sujeito apreende o mundo e, com isso, como se constrói e transforma a si próprio: um sujeito indissociavelmente humano, social e singular.

Além disso, Charlot (2005, p. 41) acrescenta, que compreender a Feira Permanente como um lugar de saberes e práticas educativas, é buscar entender o processo sistemático do conhecimento além das instituições escolares e observa-se o homem como transformador e condutor de suas relações no meio em que vive. Ou seja, como o sujeito vê o mundo e o que ele aprende.

Diante de tais narrativas, é possível compreender a feira como um evento social que possibilita uma reconfiguração do espaço e convive no encontro dos diferentes tipos de vidas.

6.3 FEIRA PERMANENTE E A PANDEMIA (Covid-19)

No Brasil, o Ministério da Saúde (MS) atuou, a partir da detecção dos rumores sobre a doença emergente. (CRODA; GARCIA 2020). Em 22 de janeiro, foi acionado o Centro de Operações de Emergência (COE) do Ministério da Saúde, coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/ MS), para harmonização, planejamento e organização das atividades com os atores envolvidos e o monitoramento da situação epidemiológica. Houve mobilização de vários setores do governo e diversas ações foram implementadas, incluindo a elaboração de um plano de contingência (BRASIL, 2020).

Em 3 de fevereiro de 2020, a infecção humana pelo novo corona vírus foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). (BRASIL, 2020b). O MS, desde o início, adotou a informação e a comunicação para a população e a imprensa como estratégias fundamentais para o enfrentamento da epidemia. Os números de casos confirmados e óbitos passaram a ser disponibilizados diariamente. Boletins epidemiológicos foram publicados, contendo orientações para a atuação da vigilância no contexto da ESPIN (BRASIL, 2020c). Além disso, entrevistas coletivas eram realizadas quase todos os dias, reforçando-se o compromisso do MS com a transparência na informação e a agilidade na comunicação a respeito da situação epidemiológica e das ações de resposta (CRODA; GARCIA 2020). Deste modo, cada estado e municípios brasileiros, determinaram a forma de isolamento social. Na cidade de Curitiba o isolamento social iniciou em meados de março de 2020.

Devido a este fato acima mencionado, a pesquisa buscou conhecer o reflexo da pandemia (Covid-19) na vida dos feirantes.

Tivemos que deixar de ter feira, o trabalho ficou parado (F1).

Esta Pandemia nos pegou de surpresa, como a todo mundo. Estávamos justamente trabalhando para que nossos produtos, assim como a Feira tivesse uma visão maior. Enfim o isolamento chegou e de início ficamos meio que como barata tonta. Aos poucos e com o apoio da TECSOL começamos a nos provocar por meio de campanha na página da Feira no Facebook, @assfeirapermanente e a ajuda está vindo através de formação. Como esta que estamos fazendo no momento sobre comunicação. Outra dificuldade é conseguir manter o contato com as diversas pessoas e grupos. Alguns preferiram se isolar. trabalhar mais só. Mais com paciência acho que estamos trazendo para o convívio praticamente todos (F2).

Apoio tivemos da TECSOL, acho que ajudou para o dia das mães, pais e dos namorados foi feito on line para vendas na internet, foi o pessoal que fez, mas eu não participei das vendas pela internet, mas foi minha escolha. Dificuldade de vender os produtos a gente não pode ir para a feira não tem

um lugar fixo para vender, aí tem que ser pela internet e eu tenho dificuldades de mexer com a internet o pessoal da feira vende (F3).

Neste período de pandemia, tivemos de nos reinventar, aprender com nossas dificuldades como ofertar e comercializar nossos produtos através de redes sociais. Aos poucos recuperamos um pouco de nossa autoestima (F4).

Nosso apoio quanto a troca de local foi zero, por parte de qualquer instituição ou seguimento. Já por parte dos consumidores 100 % favorável. E tende a permanecer, a tal ponto que se tivermos que retornar ao antigo local haverá resistências e até desistências (F5).

Nós estamos sempre na luta então a pandemia é mais uma luta onde ajudamos uns aos outros. Nos meios de comunicação virtual é difícil a maioria de nós já tem a idade avançada e tudo é novidade(F6).

Sem trabalho, sem renda. Feira em redes sociais não tem retorno, tem apoio, mas não tem milagre (F7).

As circunstâncias evidenciadas pelos feirantes denotam uma preocupação de não estarem exercendo suas atividades corriqueiras na comercialização de seus produtos na Feira Permanente como relata a feirante F2, F1, alguns estavam desorientados frente aos acontecimentos pela chegada da pandemia, principalmente com o decreto de Isolamento Social.

Por meio da Incubadora TECSOL, foram feitas reuniões de planejamento e implantação de ações de comunicação e formação que pudessem viabilizar de imediato contatos e instruções para que as feirantes e outros EES utilizassem as redes sociais, como instrumento de venda e comunicação entre os integrantes da feira e os consumidores. Este processo apresentou algumas dificuldades decorrentes da falta de acesso e habilidades dos feirantes no uso das tecnologias de comunicação como relata a feirante F2, F3, F4 e F6. E para o F7, as vendas *on-line* não funcionam, mas a argumentação do feirante pode estar atrelada a dificuldade de lidar com as novas tecnologias.

Devido as dificuldades apresentadas pelos feirantes, foi desenvolvida uma ação de formação de extensão universitária que contemplasse o maior número possível de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Sendo o mais relevante o Curso de Extensão Universitária de Comunicação Popular para Empreendimentos Econômicos Solidários da Rede Mandala tendo como proponente – TECSOL - ligada ao Departamento Acadêmico de Estudos Sociais (DAESO) e ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), como o objetivo

de capacitar os/as trabalhadores/as da Rede Mandala com ferramentas de comunicação, com carga horária total do curso – 80 horas/aula, Metodologia EAD.

Durante eventos em datas comemorativas como o dia das mães, dos namorados as vendas foram feitas *on-line* via internet, muitos feirantes conseguiram atingir suas demandas, ou seja, continuaram apresentando uma ampliação de consumidores, como relata o F2.

Entretanto, os cursos de formação que poderia ajudar a vencer as circunstâncias negativas decorrentes do isolamento social não alcançou todos os feirantes como relata a feirante F6: “*Nos meios de comunicação virtual é difícil a maioria de nós já tem a idade avançada e tudo é novidade(F6)*”.

Dentre todos os feirantes, o F8, não enfrentou dificuldades para comercial seus produtos, como demonstra seu depoimento:

Nosso empreendimento (Sinergia) não teve qualquer impacto negativo, frente a COVID. Pelo contrário, a pandemia nos fez ampliar nossa chegada a outras pessoas que não consumiam nossos produtos no espaço anterior da feira permanente. Ao sermos forçados a trocar o local de entrega e sediarmos na Secretaria de Educação do Paraná a atenção aos consumidores, mostramos, a nós mesmos, que nosso público nos acompanha. Física e virtualmente. (F8).

O comércio de Curitiba reabriu, pelo menos oficialmente de acordo com a Associação Comercial do Paraná (ACP), dia 17, de abril depois de quase um mês fechado por conta da pandemia do Covid-19. Nos dias atuais (13 de novembro de 2020) as pessoas continuam usando máscara e são alertadas para que se evitem aglomerações.

7 PRODUTO DESSA DISSERTAÇÃO - FEIRA PERMANENTE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS DA ECOSOL

Uma das características específicas do mestrado e doutorado profissional está no trabalho final, que de acordo com a Capes, Portaria n.º 389, “[...] deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos” (BRASIL, 2017). Assim, o produto aqui apresentado está imbricado às características do programa *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional Uninter, Curitiba/PR-Brasil, que integra o Projeto de Pesquisa intitulado “O processo de ocupação do território em uma Feira Permanente na cidade de Curitiba-Paraná” sob orientação da Professora Doutora Marcia Maria Fernandes de Oliveira. De acordo com Souza (2002) a compreensão de território passa pelo senso de identidade, isto é, não se imagina um sujeito sem primeiro, identificá-lo com seu território. Deste modo, a identidade sociocultural individual está arraigada aos atributos do espaço concreto.

Após análise dos questionários e constatação das demandas dos feirantes, foi desenvolvido um curso *on-line*, via plataforma Google Sala de Aula (anexo *link*) com a denominação de Feira Permanente de Economia Solidária, princípios ECOSOL, sendo está uma Turma específica para a Feira Permanente, o curso ofertado levou em consideração as principais demandas solicitadas pelos mesmos, como acordado pelos membros da feira, e sempre que houver necessidade ou interesse, a sala de aula foi alimentada com vídeos, textos, informações com o objetivo de manter um contínuo processo de formação e aprofundamento de temas correlatos e referentes aos princípios e práticas da ECOSOL, a Sala de Aula permanecerá aberta na referida plataforma do *Google*.

O curso *on-line* proposto tem uma sequência de temas relacionados a ECOSOL, constituído por seis encontros com a seguinte formatação:

Primeiro Encontro

Com a denominação de “Acolhida”, início do curso. Adotou-se este título, e prática por uma ação comum e identificatória da ECOSOL com uma dinâmica breve de apresentação dos participantes seguidos por uma Mística, geralmente formatada por uma dança ou representação artística popular, neste primeiro módulo, optou-se

pela leitura de uma poesia dado a inviabilidade de uma ação mais concreta, decorrente das circunstâncias de ser um encontro *on-line*.

Segundo Encontro

O tema abordado foi referente ao Trabalho, com o título, “Breve Resumo do Trabalho no Brasil”, neste tema após explanação sobre a linha histórica do tempo no Brasil e do filme, “Breve História do Trabalho” foi realizado uma conversa com questionamentos a partir de reflexões sobre a organização do trabalho ao longo da história capitalista do trabalho.

Terceiro Encontro

Este corresponde à continuidade do tema desenvolvido anteriormente, porém com uma reflexão sobre trabalho e a precarização do mesmo, como proposta de atividade foi desenvolvida uma escrita e falas com reflexões e sugestões possíveis a partir da perspectiva individual e coletiva sobre trabalho e qualidade de vida.

Quarto Encontro

O tema abordado foi “Democracia Participativa – Autogestão”. Na proposta de atividade os integrantes do curso assistiram o filme “O Que é Democracia” e na sequencia fizeram anotações pertinentes sobre os fatos mais relevantes associados às práticas e princípio autogestionário da ECOSOL.

Quinto Encontro

Neste encontro o tema abordado foi “Cultura Solidária (autogestão, solidariedade e cooperação)”. O objetivo deste módulo foi discutir e debater sobre o que é autogestão, solidariedade e cooperação na perspectiva da Economia Solidária. Foi disponibilizado o vídeo A prática da autogestão e o Dicionário Internacional da Outra Economia no formato Pdf, como texto de apoio.

Sexto Encontro

Neste encontro o tema abordado foi “Comércio Justo e Solidário - Evolução Econômica no Brasil”, neste encontro virtual e conversa sobre o tema, Subdesenvolvimento - Evolução econômica do Brasil nas últimas décadas ocorreu após os feirantes assistirem o filme a História das Coisas. Abriu-se um debate sobre a razoabilidade de uma nova proposta econômica após reflexões sobre a temática apresentada.

Link - Google sala de aula:

<https://classroom.google.com/c/Mjl4ODIxODMzMDE5?cjc=cptlgn3>

E o aprendizado é constante, evidente, cotidiano, dialético. Superar a lógica de mando do patrão sobre as empregadas é algo que consome tempo, neurônio e esforço. (F4).

- Dificuldade em romper com a cultura capitalista do ter, do ser mais que os outros, da exploração do trabalho e da acumulação.- Desafio de irromper com endeusamento do dinheiro, da irresponsabilidade em manter o respeito e cuidado com o meio ambiente;- Desconstruir a cultura da exploração e dominação do trabalho (F2).

Nestes 10 anos da feira permanente sempre aprendemos muito por ser um processo coletivo construído de forma auto gestonária seguindo a metodologia freiriana. Então, mais aprendi que contribui na organização da feira permanente. (F4).

Uma de minhas mais ternas conquistas e experiencias é ter aprendido, na práxis, o que é autogestão. Para mim o ato rotineiro de montagem de barracas e os procedimentos metódicos e sincronizados, sem os quais a obra não se concretiza, é o mais puro e simples curso intensivo de autogestão. (F5).

[...] aprendi os princípios, da economia solidária adaptando-me a autogestão, e o mais importante foi ser acolhida pelos (as) companheiros (as). [...]

The screenshot shows a Google Classroom interface. At the top, there is a header for 'Feira Permanente de Economia Solidária' with the subtitle 'Princípios Ecosol' and a class code 'cptlgn3'. Below the header, there are several sections:

- Próximas atividades:** A section indicating that the due date is today at 18:00 for an activity titled 'ACOLHIDA - apres...'. A 'Visualizar tudo' button is present.
- Compartilhe algo com sua turma...:** A sharing prompt with a user profile picture and a refresh icon.
- Activity Feed:** A post by 'Marcos Silverio' titled 'ACOLHIDA - apresentações e mística' from November 12th.
- Navigation:** Buttons for '+ Criar', 'Google Agenda', and 'Pasta da turma no Google Drive'.
- Activity Detail View:** A detailed view of an activity titled 'Cultura Solidária (autogestão, solidariedade...)' scheduled for November 18th. It includes:
 - Objetivo:** Discutir sobre o que é autogestão, solidariedade e cooperação na perspectiva da Economia Solidária. Debate sobre autogestão, solidariedade e cooperação. Passar o vídeo "A prática da autogestão".
 - Textos de apoio:** Dicionário Outra Economia.
 - Attachments:** A video titled 'Vídeo A Prática da Auto...' and a PDF titled 'Cópia de dicionario-inte...'. There is also a 'Vídeo Chamada' link.
 - Buttons:** 'Editar atividade' at the bottom.



Por fim, constatou-se que a pandemia do Covid - 19, mesmo tendo sido nefasta, gerando inúmeros problemas e adversidade não apenas para os feirantes, mas para um conjunto expressivo da humanidade, levou os participantes a obterem conhecimento e práticas mais efetivas no uso de ferramentas de Tecnologia da Informação, sendo a *internet* e a telefonia como a plataforma do *WhatsApp*, os principais instrumentos, mesmo constatando vários percalços de utilização, como a falta de conhecimento técnico das ferramentas da Sala de aula do *google* e dificuldades nos meios físico-técnicos de comunicação no decorrer do curso, o conhecimento e as práticas adquiridas durante o curso foram sendo constituídas como mais um instrumento de informação e formação dos feirantes pelo curso proposto. Com a participação efetiva da maioria dos feirantes, absorvendo conhecimento e habilidades no uso das ferramentas da sala de aula.

É de suma importância destacar que a participação durante o curso *on-line* foi um mecanismo de aproximação entre os integrantes, fortalecendo as práticas e os princípios da ECOSOL e as relações afetivas do grupo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se propôs a compreender e analisar o processo de construção da ocupação do território de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba/PR. Neste seguimento, verificou-se que o processo de conquista, iniciou-se aproximadamente na década de 2000, primeiramente o início da feira ocorreu na Regional Sul da cidade de Curitiba deslocando-se posteriormente mais ao norte da regional, pois os feirantes não estavam satisfeitos com o volume de vendas devido as condições precárias e pouco movimento. Deste modo, no ano de 2015, a Feira Permanente, instalou-se mais próximo ao centro da cidade de Curitiba.

Além da exposição de produtos variados, o evento que ocorre nas quartas-feiras e sábados é oportunidade para os moradores da zona urbana comprar produtos diversos que vai do artesanato a gêneros alimentícios. Além do comércio são desenvolvidas atividades de formação no modelo de oficinas com diversas atividades como: alimentação, artesanato, costura e rodas de conversa sobre formação política, ação autogestionária, cooperativismos e democracia participativa, além de outros temas que possam ser sugeridos pelos feirantes.

Evidenciou-se, por meio da pesquisa que alguns feirantes quando começaram a participar da feira não tinham conhecimento das características inerentes a essa modalidade de empreendimento social, mas foram se aperfeiçoando e adquiriram conhecimento sobre autogestão, democracia, cooperação e solidariedade, e assim foram se emancipando. Os feirantes reconhecem a importância dos princípios adquiridos da ECOSOL, e o apoio da TECSOL e CEFÚRIA como instituições orientadoras e que contribuíram para a formação e conquista do território. Sendo os princípios de economia solidária os elementos norteadores que deram uma unicidade ao grupo da Feira Permanente para que a ocupação legal do território fosse conquistada. Este empoderamento aponta a importância da ação social em rede e articulada. Essa articulação em rede tem gerado o crescimento de competências socioeconômicas.

A Feira Permanente vem acompanhada de uma demanda natural das pessoas por oferecer um espaço onde o feirante expõe seus produtos, para um público maior. Portanto esta modalidade de negociação contribui para o aumento da entrada de recursos. No entanto, verificou-se que existem desafios a serem vencidos pelos feirantes, sobretudo concernente a renda, visto que para alguns

ainda não é suficiente para o sustento. Além disso, por vezes existe o conflito de ideias entre os membros, mas que acabam sendo resolvidos entre eles.

Os princípios da economia solidária servem para unir todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. Portanto o resultado natural “é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda” (SINGER, 2002, p. 10). Para a autogestão ser eficaz, é necessário que os sujeitos envolvidos no processo possam desenvolver a gestão colaborativa, a qual envolve processos organizativos e produtivos, além dos processos de formação e informação (GADOTTI, 2009, p. 18).

O segundo objetivo específico, buscou compreender os saberes e práticas formais e informais que ocorrem na Feira Permanente. Neste sentido, foi relatado por parte dos participantes da pesquisa que o crescimento e desenvolvimento das feiras ainda é limitado pela carência de conhecimento dos membros. Na abordagem de Sales, Rezende e Sette (2011, p. 3) o crescimento e desenvolvimento das feiras ainda é limitado pela carência de conhecimento, informação e recursos dos feirantes. Mas, na acepção de Brandão (2007, p. 7) a educação se desenvolve a todo momento onde haja pessoas construindo conhecimentos em interação e inter-relação.

Deste modo, portanto, a pouca escolaridade não poderia ser entendida como impedimento para a organização do espaço na feira, já que não é a escola único espaço de aprendizagem. Alusivo a este enfoque, Charlot (2001) destaca que no território em que as feiras estão inseridas, aprender torna-se uma atividade humana de engajamento e, nesta mesma direção, envolve processos e movimentos particulares, uma vez que são desenvolvidos por pessoas, suas histórias e trajetórias, estruturados por relações sociais, envolvendo, tanto o passado como presente e futuro. Deste modo deduz-se que a educação, está presente nas práticas das feiras, a partir de que estes sujeitos, em sua luta diária por melhores condições de vida, constroem e reconstroem saberes.

Para os participantes da pesquisa, a Feira Permanente possibilitou que eles adquirissem conhecimentos sobre autogestão, bem como regras de convivência e de comportamento, para superar os conflitos existentes. Ou seja, o espaço da feira contribui para uma interação com seus pares. Portanto a relação com o saber é buscar compreender como o sujeito apreende o mundo e, com isso, como se

constrói e transforma a si próprio. Neste sentido, compreender os saberes formais e informais que ocorrem no espaço da feira é buscar entender o processo sistemático do conhecimento além das instituições escolares.

A pandemia (Covid-19) afetou diretamente a maioria dos feirantes, uma vez que não poderiam vender seus produtos na Feira Permanente, devido o decreto de Isolamento Social. Para resolver em parte tal situação, o indicado seria comercializar os produtos de forma virtual, mas grande parte enfrentou dificuldades por não terem habilidades técnicas. Devido a esta dificuldade a TECSOL auxiliou os feirantes obterem conhecimento e práticas mais efetivas no uso de ferramentas de Tecnologia da Informação, sendo a *internet* e a telefonia como a plataforma do *WhatsApp*, mais um instrumento de informação e formação dos feirantes pelo curso proposto.

A pesquisa desenvolvida sobre a Feira Permanente possibilitou um entendimento e compreensão da importância da universidade de participar efetivamente em projetos e programas de extensão, que levam para a comunidade externa saberes e conhecimentos como elencados no decorrer da pesquisa, como ações de formação e educação, alternativos da educação formal protagonizados pelas imposições do capital, sendo assim a partir das leituras abre-se o leque para novos entendimentos e saberes, que partem da academia para toda a sociedade.

Cabe neste momento destacar que os objetivos e problemática elencado no inicialmente foram alcançados, pois permitiu-se demonstrar que a ocupação e conquista por um território no espaço urbano de Curitiba foi um componente de luta dos feirantes. A organização das feiras urbanas, identifica-se com múltiplos fatores relacionados à capacidade local de incitar capital social para buscar possibilidades de desenvolvimento regulado por uma lógica menos dependente daquelas formas de produção intensivas em recursos de capital e de intensa presença regulatória estatal.

O espaço urbano é estabelecido por conta das ações sociais e o reflexo destas. Deste modo, o espaço urbano apresenta-se como um campo de lutas, notadamente envolvendo as classes sociais (SANTOS, 1991; 1992).

Por fim, as feiras continuam resistindo, de um lado há os feirantes que precisam sobreviver materialmente, por outro, aqueles que, resolvida a questão material, prezam pela sobrevivência sociocultural.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Introdução: o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura. In. ACSELRAD, H.; DUMAS GUEDES, A.; MAIA, L. J. (Orgs.). **Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2015.
- ALMEIDA, S. P. N. C. **Fazendo a feira**: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. f. 136 Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento Social do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Monte Claros-MG, 2009.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições, 2016.
- BERNARDINO, A. de C. M. A. **A cidade murada do século XXI**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2006.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDÃO, C. da F. **Estrutura e funcionamento do ensino**. São Paulo: Avercamp, 2007.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). **Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública COE-COVID-19**. Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo corona vírus COVID-19. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingenciacoronavirus-COVID19.pdf>>. Acesso EM: 26 out. 2020a.
- BRASIL. Ministério da Saúde (BR). **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Infecção humana pelo novo corona vírus (2019-nCoV). Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/04/Boletim-epidemiologico-SVS-04fev20.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020c.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Corona vírus. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portarian-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso em: 26 out. 2020b.
- BRAUDEL, F. **Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 3, n. 5, 2004.

CERTEAU M. *et al.* **A invenção do cotidiano**: morar e cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano – 2**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CHARLOT, B. A noção de relação com o saber: bases de apoios teóricos e fundamentos antropológicos. In: CHARLOT, Bernard (Org). **Os jovens e o saber, perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 15-31.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação de professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, R. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CROCCO, M. A.; GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B.; SIMÕES R. **Metodologia de Identificação de arranjos produtivos locais potenciais**. Texto para Discussão 212 - Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003.

CRODA, J. H. R. GARCIA, L. P. **Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19**. Epidemiol Serv Saúde [Internet]. 2020 mar Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000100021>>. Acesso 26 out. 2020.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática – elo entre as tradições e a modernidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social (2007). Brasília: MTE, SENAES, FBES.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 197-215.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros inscritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e terra, 2014.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion (Suisse), 18 a 22 outubro de 2005. Disponível em: <http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em Perspectiva, 14(2) 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GADOTTI; GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

GASPAR, M. **A educação formal e a educação informal em ciências** (2014). **Ciência e Público**. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, jan./mar. 2006, p. 27-38.

GOHN, M. da G. **Protagonismo da sociedade civil: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo Cortês, 2008.

GOMES, E. B.; BUSATO, I. M. S; FERNANDES DE OLIVEIRA, M. M. **COVID -19 e a atuação da Organização Mundial da Saúde**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. Edição Especial: Covid - 19, Jun./2020
Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/54086/29104>

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. C.; PROCOPICK, M. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). **Novos Cadernos NAEA**. v. 21, n. 1, jan./abr. 2018, p. 35-56.

GUIA GEOGRÁFICO. Curitiba-PR. Disponível em: <><http://www.curitiba-parana.net/mapas/portao.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade**: um debate. Geografia, Niterói, UFF, ano 9, n. 17, 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios SIternativos**. Niterói: EDUFF. 2002.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, Paulo Freire et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: APED; SECCO, 2010.

JESUS, G. M. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989. **Revista Brasileira de Geografia**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, jan./mar., 1992, p. 95-120.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:UNESCO, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFEBVRE H. **O Direito à cidade**. Tradução; Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1980.

LIBÂNEO, J. C. **Os significados da educação, modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional**. Disponível em: <<https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/licenciatura-em-artes-visuais/modulo/1/cp005.html>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, M. T.; DAGNINO, R. P. **Economia Solidária e tecnologia Social**: utopias concretas e convergentes. *Outra Economia*, 7 (12):3-13, enero-junio 2013.

LUCENA, T. I. N. de; CRUZ, D. da S. Lugares que educam: o aprendizado nas feiras livres. **Revista Interle-gere**, Natal, Rio Grande do Norte, n.8, jan./jun., 2011, p.1-13.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, M. I. O conceito de espaço rural em questão. In. **Geografia, movimentos sociais e teorias**. Ano. 18 v. 2. n. 19. Terra Livre. Rio de Janeiro: Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

MARTINS, J. de S. (Org.). **Fronteira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **[Revista eletrônica]**, Ateliê Geográfico, Goiânia-GO v. 2, n. 2 ago. 2008 p. 72-87.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORAES, P. R. **Educação não Formal**: um olhar sobre uma experiência em Campinas-SP. f. 143. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. UNINOVE. São Paulo, 2012.

- MOTT, L. R. de B. **A feira de Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco. 1975. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas-SP, 1975.
- POZZO, C. F. D. Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial. **Revista Nera**, ano 15, n. 21, 2012.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ROLNIK, R. **A cidade e a Lei**: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.
- SÁ. A. A. de. **Território de uso comum das comunidades tradicionais**: uma visão jus socioambiental do criar, fazer e viver dos fundos de pasto da Bahia/Brasil. f. 188. Tese (Doutorado) - Direito das Relações Sociais. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- SANTOS, J. E. Feiras livres: (re)apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 2, mai./ago. 2013.
- SANTOS, M. **A cidade e o urbano como espaço-tempo**. Cidade e história – modernização das cidades brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBAF-MAU/MAU, 1992.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 5. São Paulo: Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos; 1).
- SANTOS, M. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Hucitec, 1991.
- SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. Universidade de São Paulo- USP. **GEOgraphia**, ano. 1, n. 1, São Paulo, 1999.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade, 2004.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, M.; ELIAS, D. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SANTOS, L. E. da S.; CASTRO, F. F. A representação das feirantes, suas relações e a incorporação da teoria da reciprocidade na execução do trabalho nas feiras do

Guamá e da pedreira. Intercom – Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 4 a 7 de setembro. Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, F. E. S. da. **A "Pedagogia" da Feira Livre de São Bento:** narrativas, saberes e práticas educativas na cidade de Cascavel. f 100. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014b.

SILVA, G.; GROSSI, M. E. O novo rural brasileiro (1997). **Oficina de Atualização Temática.** Esse texto é parte de uma pesquisa mais ampla denominada Projeto Rurbano (www.eco.unicamp.br) que conta com o apoio da FAPESP e do PRONEX/CNPq-FINEP. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

SILVA, J. A. da. **Direito urbanístico brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Malheiros 1995.

SILVA, V. V. da. **Abordagem sobre as políticas públicas e o planejamento urbano na cidade de SINOP-MT.** f. 124. Dissertação (Mestrado) – Geografia, Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade federal de mato Grosso (MT). Cuiabá, 2014a.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Orgs.). **A Economia solidária no Brasil:** Autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-30.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. R. de. As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação. **Trabalho Necessário**, ano, 13, n. 22, 2015.

SOUZA, M. L. O. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et al. **Geografia:** Conceitos e Temas. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 77 -116.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização.** 8.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

TECSOL. Incubadora de Economia Solidária. Disponível em: <https://www.facebook.com/incubadorasolidariatecsol/>. Acesso em: 6 mai. 2020.

VILARINHO NETO, C. S. O estado como indutor das transformações do espaço urbano da cidade de Cuiabá. **Anais.** XVI Encontro nacional dos geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaço de resistência e de esperanças. Espaço de diálogos e práticas. Porto Alegre, jul. 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FEIRANTES

PARTE I – Perfil do participante

1 – Perfil

Nome:
Idade:
Sexo:
Outro:
Prefiro não responder:
<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
Onde reside:

2 - Qual a sua escolaridade?

Objetivo: relacionar o grau de escolaridade com a atividade de feirante.

RESPOSTAS
Ensino Fundamental (Antigo primário)
<input type="checkbox"/> 1º Ano Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> 2º Ano Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> 3º Ano Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> 4º Ano Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> 5º Ano Ensino Fundamental
Ensino Médio (Antigo ginásio)
<input type="checkbox"/> 6º Ano do Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> 7º Ano do Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> 8º Ano do Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> 9º Ano do Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> Curso técnico - incompleto
<input type="checkbox"/> Curso técnico - completo
<input type="checkbox"/> Especificar o curso técnico

PARTE II – Sobre a Feira Permanente**3 - Há quanto tempo o senhor (a) é feirante neste bairro?**

Objetivo: Identificar a relação entre tempo de experiência com a feira.

<input type="checkbox"/> Menos de 2 anos
<input type="checkbox"/> Entre 2 a 5 anos
<input type="checkbox"/> Entre 5 a 10 anos
<input type="checkbox"/> Entre 10 a 15 anos
<input type="checkbox"/> Desde que a feira foi fundada
RESPOSTA:

4 - Durante esse tempo o que o (a) senhor (a) aprendeu convivendo nesse espaço? O início como tudo começou?

RESPOSTA

5- Quais foram as dificuldades na conquista do espaço da Feira Permanente do? Conte em detalhes:

RESPOSTA

6 - A feira recebeu apoio, tiveram algum auxílio? Por parte de quem?

RESPOSTA

7 - O que este espaço significa para vocês?

RESPOSTA

8 - Quais os pontos positivos e negativos da feira?

RESPOSTA

9 – Como era antes a Feira Permanente? Quais vantagens e desvantagens agora?

RESPOSTA

Muito obrigado pela participação!

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCALRECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO EM UMA FEIRA PERMANENTE NA CIDADE DE CURITIBA-PARANÁ desenvolvida (o) por Marcos Antonio Silverio. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) pela Prof^a. Dr^a Marcia Maria Fernandes de Oliveira, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº_41-992231719 ou e-mail marcia.o@uninter.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é _demonstrar que a ocupação e conquista por um território no espaço urbano de Curitiba foi um componente de luta dos feirantes de uma Feira Permanente na cidade de Curitiba, PR.

Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista estrutura por questionário a ser escrita a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es).

Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa /programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cidade, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) testemunha (a): _____

ANEXO B – IMAGENS DA FEIRA PERMANENTE

Abaixo imagens representando as barracas de artesanato da Feira Permanente:

Figura 3 – Barraca de artesanato



Fonte: Feira ECOSOL (2020)

Figura 4 – Barraca de artesanato



Fonte: Feira ECOSOL (2020)

Figura 5 – Barraca de artesanato



Fonte: Feira ECOSOL (2020)

Figura 6 – Barraca de artesanato



Fonte: Feira ECOSOL (2020)

Figura 7 – Barraca de artesanato



Fonte: Feira ECOSOL (2020)